



CONGRESSO ANTI-INDÍGENA

Os parlamentares que mais atuaram
contra os direitos indígenas



**Congresso Anti-Índigena
Os parlamentares que mais atuaram
contra os direitos dos povos indígenas**

Setembro de 2018

Organização

Guilherme Cavalli/Cimi

Pesquisa do perfil dos deputados

Guilherme Cavalli/Cimi

Iris Pereira Guedes

Metodologia de pesquisa

Guilherme Cavalli/Cimi

Tiago Miotto/Cimi

Artigos

Adelar Cupsinski

Cleber Cesar Buzatto

Guilherme C. Delgado

Paulino Montejo

Rafael Modesto dos Santos

Roberto Antônio Liebgott

Vanessa Araújo

Capa

Índigenas durante protesto em frente ao Congresso Nacional,
no Acampamento Terra Livre, Brasília (DF), abril de 2018

Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

Projeto Gráfico e Diagramação

Guilherme Resende

Impressão

Gráfica Qualytá

5 mil exemplares

Esta publicação foi elaborada com participação financeira da União Europeia, da Agência de Desenvolvimento Austríaca, da Horizont3000, da DKA Áustria e da Sei So Frei. O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva do Conselho Indigenista Missionário, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição dos apoiadores*.

CONGRESSO ANTI-INDÍGENA

Os parlamentares que mais atuaram
contra os direitos indígenas

INDICE

APRESENTAÇÃO

7 Profecia e Esperança

Dom Roque Paloschi

INTRODUÇÃO

9 A Publicação

O CONGRESSO

13 Congresso Anti-Indígena

22 As Proposições

34 Bancadas: Quanto custa o retrocesso?

ARTIGOS

43 Ruralistas no Poder: Agressões e Desafios aos Povos Indígenas

Cléber Cesar Buzatto

55 O Agronegócio e a Política brasileira

Guilherme C. Delgado

63 Os Ruralistas e os Ataques aos Direitos dos Povos Indígenas

Roberto Antonio Liebgott

75 Um Marco Temporal Inconstitucional: Nossa História não começa em 1988

Adelar Cupsinsk, Rafael Modesto dos Santos
e Vanessa Rodrigues de Araújo

PARLAMENTARES

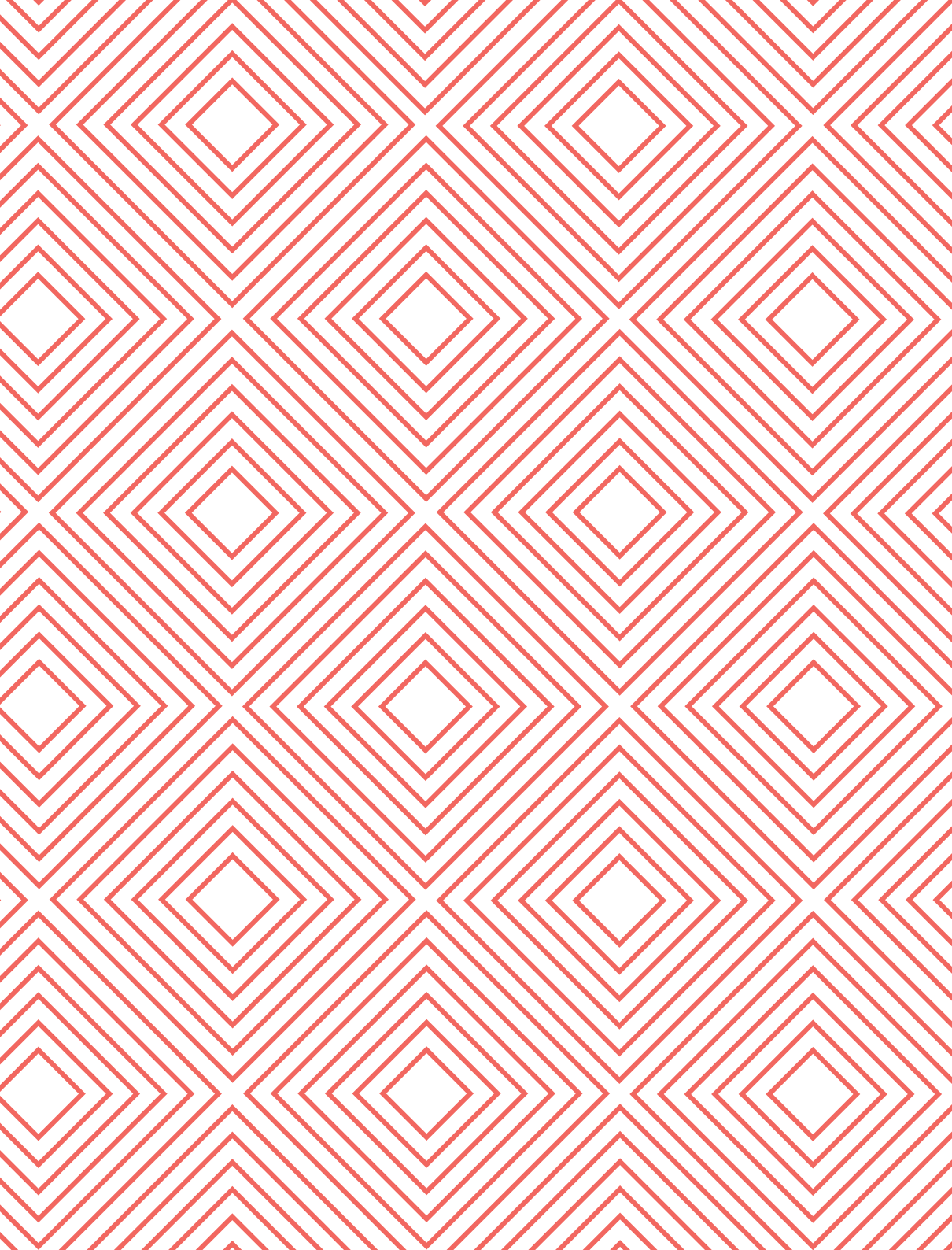
82 Ficha dos 50 Parlamentares Anti-Indígenas

133 Referências

REPRESENTATIVIDADE

136 A Luta Institucional dos Povos e a Participação Indígena no Pleito Eleitoral

Paulino Montejo



PROFECIA E ESPERANÇA

Aos 46 anos de sua existência, o Conselho Indigenista Missionário - Cimi reafirma seu compromisso e sua atuação a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, e também de denúncia das estruturas de dominação, violência e injustiça que afligem os povos originários no Brasil.

A missão de cada cristão se orienta pela construção de uma sociedade de justiça, condição primeira para a paz. A Igreja “não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça” (Papa Bento XVI – *Deus Caritas Est*, 28). Todos os cristãos são chamados a preocupar-se com a construção de um mundo melhor (cf. *EG 183*). Diante de uma crise democrática, onde os direitos dos povos indígenas encontram-se totalmente ameaçados, urge a profecia de mulheres e homens comprometidos com uma “política que tenham verdadeiramente a peito a sociedade, o povo, a vida dos pobres” (cf. *EG 205*)

É nesse espírito que o Cimi traz ao público a presente publicação, uma análise das mais alarmantes políticas anti-indígenas e dos principais parlamentares com atuação contrária aos povos indígenas no âmbito do Congresso Nacional.

Infelizmente, a conjuntura política regressiva que se estabeleceu no Brasil nos últimos anos tem tido os povos indígenas entre seus principais prejudicados. Abundam nas casas do Congresso Nacional iniciativas com a finalidade de retirar ou flexibilizar direitos das populações tradicionais, com enfoque especial na tentativa de regridir o direito dos povos originários a seus territórios tradicionais.

Além disso, pululam também discursos de ódio que fomentam o racismo, o preconceito e a desinformação contra essas populações.

Tal contexto é compreensível a partir da análise de um outro conjunto de dados trazido pela publicação: o dos financiadores privados das campanhas eleitorais. A análise, baseada em dados públicos, demonstra uma convergência evidente entre os setores econômicos que financiam as campanhas e os interesses defendidos pelos parlamentares depois de eleitos, em detrimento dos direitos das populações mais desfavorecidas, a exemplo dos povos indígenas.

Simbolicamente, é comum que os povos indígenas sejam barrados ao tentar ingressar nas dependências do Congresso Nacional ou, de forma ainda mais recorrente, ver proibido o ingresso de seus instrumentos tradicionais e religiosos, como maracás. Do lado oposto aos poderosos setores político-econômicos que se convertem, no Congresso, em fortes grupos de pressão anti-indígena - e muitas vezes do lado de fora de seus muros excludentes - os povos originários resistem e permanecem atentos aos ataques que lhes são desferidos.

Que esta publicação sirva como instrumento de denúncia e profecia, para que assim *“continuemos a afirmar a nossa esperança, sem esmorecer”* (Hb 10,23).

Dom Roque Paloschi

*Arcebispo de Porto Velho (RO) e
presidente do Cimi*

A PUBLICAÇÃO

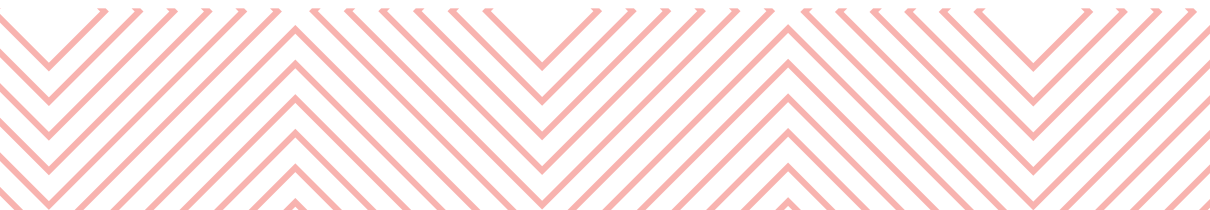
O presente documento tem como objetivo ser um instrumental de monitoramento dos 50 parlamentares (40 deputados e 10 senadores) com maior atuação contra os direitos dos povos indígenas. A intenção primeira desta ferramenta é permitir um raio X de uma parcela do Congresso Nacional, como extrato ou resumo de uma conjuntura parlamentar marcada pelo esfacelamento das políticas sociais. Os interlocutores principais dos textos são os indígenas, suas comunidades e povos, já que compõem o grupo dos mais afetados pelas políticas antiquadas pós impeachment de Dilma Rousseff.

O pilar que sustenta a presente publicação é o acesso e a sistematização de informações públicas. Os dados sobre financiamentos de campanha foram obtidos através do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Referente aos deputados, se utilizou como filtro os valores da prestação de conta que elencavam os doadores originários provenientes de empresas. Essas informações permitiram classificar os investimentos por setores. A mesma metodologia se estabeleceu para os senadores das eleições de 2014. Para os senadores eleitos no pleito de 2010, acrescentou-se, além das doações dos filtros, um campo para os fundos partidários estaduais e nacionais.

Referente aos financiadores de campanhas eleitorais, tanto para os deputados como para os senadores, se optou por selecionar os principais setores de empresas ligadas a políticos que atuam diretamente contra os povos indígenas: Agronegócio, Construção Civil, Mineração, Bancos e Armamento.

As fichas com o perfil de cada político, seus projetos no Congresso Nacional e os financiadores de campanha se encontram na segunda parte da publicação. Na primeira parte, encontram-se artigos de especialistas das áreas do indigenismo, economia, história e do campo jurídico. As análises permitem uma visão apurada da conjuntura, tomando como ponto de partida o agronegócio e sua influência estruturante na política nacional. Na terceira parte, se destaca a luta e a presença dos povos nos espaços de poder.

Os perfis sobre os políticos anti-indígenas foram construídos a partir de informações vinculadas na imprensa, tendo o caminho da informação no final de cada capítulo. Os projetos de leis que envolvem os direitos indígenas, seus autores e outras proposições apensadas, foram obtidas por acesso aos sítios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O filtro para selecionar as proposições, bem como optar pelos 50 parlamentares que compõem esse instrumento político, foram elencados pelos regionais do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).





Guilherme Cavalli

Jornalista do Cimi



CONGRESSO ANTI-INDÍGENA

O resultado das eleições de 2014 anteviu uma guinada ao retrocesso. Parlamentares conservadores se consolidaram como maioria da Câmara Legislativa, de acordo com pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Instalou-se no Congresso brasileiro um projeto a ser gerido por militares, fundamentalistas religiosos e ruralistas. *A 55ª legislatura (2015 a 2019) é a mais conservadora desde 1964.* A constatação, quando analisada a partir dos direitos dos povos indígenas, corresponde à dura realidade enfrentada pelas populações tradicionais no último quadriênio.

Um levantamento realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) identificou que há, hoje, 33 proposições anti-indígenas em tramitação no Congresso e no Senado. Somadas às propostas apensadas por tratarem de temas semelhantes, elas ultrapassam uma centena. Das 33 proposições anti-indígena apuradas, 17 buscam a alteração nos processos de demarcações de Terras Indígenas (TI) – oito sustam portarias declaratórias; seis transferem ao Congresso Nacional a competência de aprovar e gerir as demarcações das terras; as outras três correspondem a autorizar arrendamento em TI, impedir a desapropriação para demarcações de TI e estabelecer indenização para invasores que ocuparam TI após 2013.

Em 2017, contabilizou-se 848 tramitações de projetos de leis anti-indígenas. Um levantamento da agência *Pública*, com base nas

informações mapeadas pelo Cimi, identificou que os parlamentares ruralistas trabalharam incansavelmente para fazer que as 33 propostas contra os indígenas avancem. Isso fez com que as violências ruralistas sobre os direitos constitucionais das populações tradicionais atingissem 1.930 procedimentos legislativos em 2 anos – de 2015 a 2017. Esse número é maior que o de 20 anos, que chegou em 1.926 de 1995 até 2014. Os dados demonstram como a pauta anti-indígena é prioridade da última legislatura, principalmente pós impeachment.

A barganha das terras tradicionais que se instaurou nos dois anos de governo de Michel Temer, em uma política rendida ao capital, são práticas que sustentam e dão curso ao golpe. Nesta conjuntura, os direitos indígenas caracterizam-se como moeda de troca para a Bancada Ruralista. Por isso, conhecer a fundo os projetos que vilipendiam os direitos originários e imprescritíveis dos povos, bem como seus autores e apoiadores, é urgência primeira para uma consciente oposição ao modelo político instaurado.

Desde 2015, 18 proposições legislativas buscam aprovar leis com a finalidade de retroceder direitos constituídos em 1988, na Constituição Federal. Hoje, entre as principais temáticas abarcadas pelas ementas estão a exploração de recursos naturais e as tentativas de redefinir os critérios para demarcação de Terras Indígenas, que têm como carro chefe a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000.

As proposições mapeadas são pautas de 21 deputados e senadores – 11 da atual legislatura e todos fichados nesta publicação. Dos atuantes, dez integram o grupo principal da bancada ruralista, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das



maiores bancadas da Câmara dos Deputados, que se reúne semanalmente em uma mansão no Lago Sul, bairro nobre de Brasília (DF), para almoços com “cardápios” variados: questão indígena, os quilombolas, camponeses.

O banquete já contou com a presença – nada incomum – de Michel Temer, com quem os ruralistas negociaram o perdão da dívida de R\$ 5,4 bilhões de proprietários de terras com a previdência rural. Para que não fosse investigado pelas denúncias de corrupção e garantir sua permanência no governo, Temer foi generoso: autorizou o pagamento de dívidas rurais até 2032, com redução de 100% dos juros e de 25% das multas. O abono resultou que dos 263 votos pelo arquivamento da denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente, 129 foram dados por deputados da FPA.

No levantamento realizado pelo Cimi, foram mapeadas as proposições, suas temáticas, ementas e a situação atual que se encontram. “A construção, divulgação e atualização deste instrumental de monitoramento das movimentações de proposições legislativas que atacam os direitos fundiários dos povos indígenas. É mais um serviço do Cimi à causa indígena no Brasil. O levantamento contribui na importante tarefa de repasse dessas informações aos povos, suas lideranças, organizações e comunidades”, comenta o secretário-executivo do Cimi, Cleber Buzatto.

“Avaliamos que, com as informações atualizadas, as lideranças indígenas terão melhores condições de análise e qualificarão a incidência junto a parlamentares, partidos políticos e outras instâncias que têm poder de intervenção na tramitação destas proposições a fim de que a bancada ruralista não tenha êxito na aprovação das mesmas”.



A ofensiva do Poder Legislativo contra os povos indígenas é composta por 16 Projetos de Decreto Legislativo da Câmara (PDC), nove Projetos de Lei (PL), dois Projetos de Lei Complementar (PLP) e seis Propostas de Emenda à Constituição (PEC). Na listagem está o Requerimento de Instituição de CPI (RCP 26/2016), de autoria do deputado ruralista Nilson Leitão (PSDB/MT), que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

“Descomprometidos com a verdade, os ruralistas tentam criminalizar, por meio de indiciamentos, mais de uma centena de lideranças indígenas, indigenistas, religiosos e cientistas sociais que, cumprindo os preceitos Constitucionais nas suas respectivas esferas de trabalho, defendem os direitos indígenas no Brasil. O relatório originalmente apresentado pelos ruralistas incluía, ainda, a proposição de indiciamento de Procuradores da República, removidos para a lista de encaminhamentos”, afirmou nota do Cimi após aprovação do relatório da CPI, ocorrido no dia 17 de maio de 2017.

PROPOSIÇÕES CONTRA DEMARCAÇÃO

Das 33 proposições anti-indígena apuradas, 17 buscam a alteração nos processos de demarcações de Terras Indígenas – oito sustam portarias declaratórias; seis transferem ao Congresso Nacional a competência de aprovar e gerir as demarcações das terras; as outras três correspondem a autorizar arrendamento em de terras regularizadas, impedir a desapropriação para demarcações de territórios tradicionais e estabelecer indenização para invasores que ocuparam terras indígenas após 2013.

Das oito direcionadas a suspender portarias declaratórias que estabelecem a ocupação tradicional de territórios reivindicados, cinco

foram propostas por deputados gaúchos: Alceu Moreira (PMDB/RS), uma proposição; Jerônimo Goergen (PP/RS), duas das proposições; e Luis Carlos Heinze (PP/RS), duas das proposições.

Além das medidas parlamentares que acirram e legitimam violências contra povos indígenas, Heinze e Moreira foram flagrados incitando ações de ódio e racismo contra comunidades tradicionais. Na cidade de Vicente Dutra (RS), interior gaúcho com presença de indígenas Kaingang da TI Rio dos Índios, os parlamentares, durante audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, convocou a comunidade a “se fardar de guerreiros” contra indígenas e a montar milícias de “seguranças privados”.

O deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) apresentou em sua atuação parlamentar 29 Projetos de Decreto Legislativo (PDCs) contra possíveis políticas de reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e terras indígenas. Goergen recebeu R\$ 850 mil da JBS e R\$ 300 mil da BRF em sua campanha à Câmara Federal.

INVESTIDA PEC 215

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00 assombra os direitos indígenas há 18 anos. É a pauta guarda-chuva defendida pela bancada ruralista, por abrigar outras 11 PECs. A proposição aprovada na Comissão Especial da Mesa Diretora da Câmara, antessala das matérias votadas em Plenário, no dia 27 de outubro de 2015, encontra-se pronta para ser apreciada pelos parlamentares. A matéria passará por votações na Câmara dos Deputados e terá que obter 308 votos favoráveis para ser aprovada e direcionada ao Senado.

O texto aprovado na Comissão, um substitutivo de autoria do relator deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), da FPA e com campanha

eleitoral financiada (R\$ 200 mil) pela JBS, agrupa dezena de proposições anti-indígenas. Entre os pontos incorporados à PEC carro chefe dos ruralistas no Congresso, destacam-se a constitucionalização do Marco Temporal, a exploração indireta das terras, medidas que vedam a revisão de terra indígena já demarcada, além estabelecer que as demarcações de TI devam ocorrer por meio de projetos de leis a serem aprovadas pelo Congresso Nacional. Em suma, engloba as temáticas de todas as proposições mapeadas.

A inconstitucionalidade da proposta foi repudiada por instituições indígenas, indigenistas e da sociedade civil. A 6ª Câmara de Coordenação de Revisão da PGR, onde são tratados assuntos referentes a populações indígenas e comunidades tradicionais, emitiu uma nota técnica que acusa a proposta de violar o núcleo essencial de direitos fundamentais, como o direito dos índios às terras tradicionalmente ocupadas (art. 231, CF); direito à cultura (arts. 215, 216 e 231, caput, CF); direito concedido pelo poder constituinte (art. 5º, XXXVI, CF); e direito ao devido processo legal administrativo (art. 5º, LIV, CF).

Em nota, o Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) caracterizou a PEC 215 como ameaça às “conquistas e direitos de populações mais vulneráveis no país”. A CNBB aponta a PEC 215 como um “golpe mortal aos direitos dos povos indígenas, atingindo também comunidades quilombolas”.

NOSSA HISTÓRIA NÃO COMEÇA EM 1988

Apesar de não consolidada no STF, a tese inconstitucional do marco temporal é constante em projetos de lei ruralistas e, por influência sua, vem sendo aplicada em instrumentos do poder Executivo, à revelia da mais alta corte do país. É o caso do Parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) 001/2017, assinado por Temer em agosto, que busca

inviabilizar administrativamente a demarcação de terras indígenas.

No Congresso Federal, a tese também aparece no PL 1216/15, de autoria do deputado gaúcho Covatti Filho. Em 2015, o seu pai Vilson Covatti, ex-deputado federal, foi citado como um dos investigados pelo STF por suposto envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras. Covatti Filho foi financiado pela JBS no valor de R\$ 200 mil.

Surgida em 2009 no julgamento do caso Raposa Serra do Sol pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a tese passou a ser utilizada como bandeira ruralista para limitar as demarcações de terras indígenas àquelas sob posse física dos indígenas em 1988, ano da promulgação da Constituição Federal. A tese desconsidera as especificidades da ocupação indígena, legitimando expulsões e massacres ocorridos antes de 1988, e aparece em outras proposições, como o PL 490/2007.

No dia 16 de agosto de 2017, durante o julgamento das Ações Cíveis Ordinárias (ACOs) 362 e 366, movidas pelo estado de Mato Grosso contra a União Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai), embora a tese não tenha direcionado o julgamento, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) elucidaram sobre, afirmando os direitos originários dos povos indígenas.

“Os ministros do Supremo, de modo majoritário, reafirmaram que o conceito de tradicionalidade dos povos indígenas tem a ver com o modo de ocupação das suas terras e tem fundamento na legislação brasileira muito anterior à Constituição Federal de 1988”, avaliou Cleber Buzatto, secretário executivo do Cimi.

A Constituição Federal reconhece aos povos indígenas, em seu arti-

go 231, “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. O julgamento no STF envolveu, assim, a discussão sobre o que são essas terras tradicionais. Grupos de interesses políticos e econômicos, como os ruralistas, pretendem limitar este conceito com o marco temporal, um critério não previsto pela Constituição Federal. O marco temporal é temática do artigo produzido pela Assessoria Jurídica do Cimi que se encontra na página 75 desta publicação.

EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Treze proposições tramitam no legislativo visando a exploração de recursos naturais em Terras Indígenas, Áreas e Parques de Conservação. Investidas que buscam flexibilizar os direitos ambientais são constantemente negociadas pela bancada ruralista com Michel Temer. O meio ambiente e as terras indígenas são as principais fiadoras parlamentar do impeachment de Dilma Rousseff. O presidente, portanto, intensificou a barganha entre governo e ruralistas para manter tamanho apoio político diante de graves denúncias e pedidos de impeachment que recaem sob sua gestão iniciada após a deposição de Dilma Rousseff.

O viés desenvolvimentista, que deseja se aproveitar das terras indígenas para arrendamento e monocultura, é defendida pelo alto escalão do governo. Em junho de 2017, Torquato Jardim, ministro da Justiça, afirmou à delegação de indígenas do Mato Grosso do Sul que desejava “atribuir valor” às terras tradicionais, para que demarcações de cumpram requisitos de “custo benefício” ao Estado brasileiro. Grace Mendonça, ministra da Advocacia-Geral da União (AGU), repete o discurso para grupos de indígenas. O Estado brasileiro, com os direcionamentos do Ministério da Justiça e da AGU, transparece o feroz interesse sobre as terras tradicionais. O assunto é aprofundado nesta publicação no artigo do economista Guilherme Delgado, na página 55



AS PROPOSIÇÕES

Entre as proposições que assumem a bandeira ruralista e, por consequência, o carro chefe do Governo Temer, está o PL 2395/15, do Vicentinho Júnior (PSB/TO). A proposição visa modificar a Lei no 6.001/73, que “dispõe sobre o Estatuto do Índio”, para levar a lógica do agronegócio para as terras indígenas. O PL, segundo a ementa, quer “permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras”. Soma-se ao projeto de lei a PL 1610/96, de Romero Jucá (PMDB/RO), que propõe atividades mineradoras em território tradicional.

Em audiência pública realizada no dia 18 de outubro de 2017, o núcleo duro da bancada ruralista, através da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pôs em pauta o desejo de atribuir o agronegócio em terra indígena. A investida dos ruralistas é para que as terras indígenas sejam utilizadas para monocultura, estabelecendo uma relação econômica de custo benefício com os territórios. Indígenas protestaram em frente a Câmara dos Deputados e foram barrados na entrada do Anexo II, impedidos de participar da audiência pública.

Em nota, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) repudiou o que chamou de “truculenta decisão” da Frente Parlamentar Agropecuária – bancada ruralista – de realizar o encontro. “A Frente Parlamentar Agropecuária jamais irá desistir de seus propósitos de tomar conta das terras e territórios indígenas, seja para a expansão do agronegócio, da pecuária e exploração dos bens naturais, ou para a implantação de grandes empreendimentos, incluindo o extrativismo mineral industrial”, afirma a nota. O requerimento 478/17, que convocou a audiência pública, foi assinado por parlamentares declaradamente inimigos dos povos indígenas: Nilson Leitão, Valdir Colatto, Alceu Moreira e Tereza Cristina.



PROPOSIÇÕES	TEMÁTICA	EMENTA
PDC 118/2015	Exploração de recursos naturais	Autoriza a exploração dos recursos hídricos na hidrovia do Rio Paraguai (MS) até Cáceres (MT).
PDC 119/2015	Exploração de recursos naturais	Autoriza a exploração dos recursos hídricos no rio Tapajós (PA) até os rios Juruena e Teles Pires, divisa do PA, AM e MT; no Rio Teles Pires, confluência com o rio Juruena (PA), até o rio Verde, em Sinop (MT); no rio Juruena, no rio Teles Pires (PA) até o município de Juína (MT)
PDC 120/2015	Explorações de recursos naturais	Autoriza a exploração dos recursos hídricos no Rio Tocantins (PA) até o Lago da Barragem de Serra da Mesa, no rio Tocantinzinho (GO); no Rio Araguaia, no rio Tocantins (PA) até a foz do ribeirão Guariroba (GO); na hidrovia do Rio das Mortes, localizada na foz do rio Araguaia (MT) até a Nova Xavantina (MT).
PDC 1260/2013	Demarcação de Terra Indígena	Susta a Portaria nº 498 do Ministro da Justiça, que declara de posse permanente do povo indígena Kaingang a TI Passo Grande do Rio Forquilha.
PDC 1261/2013	Demarcação de Terra Indígena	Susta a Portaria nº 3.895, de 23 de janeiro de 2004, do Ministro da Justiça que declara de posse permanente do grupo indígena Kaingang a TI Rio dos Índios.
PDC 1300/2013	Exploração de recursos naturais	Susta a aplicação da Instrução Normativa nº 01/2012 da FUNAI que versa sobre novas prerrogativas do órgão nos processos de licenciamento ambiental de terras indígenas e de seu entorno.
PDC 1346/2008	Exploração de recursos naturais	Susta o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas

SITUAÇÃO ATUAL	AUTOR	PARTIDO	ESTADO	LINK
Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Adilton Sachetti	PSB	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1307292
Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Adilton Sachetti	PSB	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1307295
Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Adilton Sachetti	PSB	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1307297
Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Luis Carlos Heinze	PP	RS	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=590351
Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Luis Carlos Heinze	PP	RS	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=590352
Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)	Nilson Leitão	PSDB	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597066
Aguardando devolução do relator não-membro	Homero Pereira	PR	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=421062

PROPOSIÇÕES	TEMÁTICA	EMENTA
PDC 1465/2014	Exploração de recursos naturais	Susta a aplicação da Portaria Interministerial nº 419/2011 (Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde) sobre a atuação dos organizações e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental.
PDC 2540/2006	Exploração de recursos naturais	Autoriza o aproveitamento dos recursos hídricos na Cachoeira do Tamandu , na região do Rio Cotingo (RR).
PDC 348/2016	Demarcação de Terra Indígena	Susta o Decreto de 29 de abril de 2016, que homologa a demarcação da terra indígena Piaçaguera, Peruíbe (SP)
PDC 381/1999	Exploração de recursos naturais	Dispõe sobre a autorização do uso de TI na Região de São Jerônimo da Serra, no Rio Tibagi
PDC 388/2016	Demarcação de Terra Indígena	Susta o processo da FUNAI que demarca a terra do povo indígena Kaingang, no município de Mato Castelhano (RS).
PDC 419/2016	Demarcação de Terra Indígena	Susta a Portaria nº 566 do Ministério da Justiça que declara a posse permanente do povo indígena Avá-Canoeiro a TI Taego Áwa (TO).
PDC 635/2017	Demarcação de Terra Indígena	Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, que homologa a TI Apyterewa, em São Félix do Xingu (PA)
PDC 636/2017	Demarcação de Terra Indígena	Susta o Decreto de 24 de abril de 2013, que demarca a TI Kaya-bi, em Apiacás (MT) e Jacareacanga (PA) .

SITUAÇÃO ATUAL	AUTOR	PARTIDO	ESTADO	LINK
Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Nilson Leitão	PSDB	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=613009
Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Mozarildo Cavalcanti	PTB	RR	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=339297
Aguardando Criação de Comissão Temporária	Jerônimo Goergen	PP	RS	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082988&ord=1
Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)	José Borba	PTB	PR	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=13749
Proposição Sujeita a apreciação do Plenário	Jerônimo Goergen	PSDB	RS	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084039
Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)	Carlos Henrique Gaguim	PTN	TO	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2089079
Presente nas Comissões de Agricultura, Direitos Humanos e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Josué Bengtson	PTB	PA	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2132350
Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	Nilson Leitão	PSDB	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2132352

PROPOSIÇÕES	TEMÁTICA	EMENTA
PDC 712/2012	Demarcação de Terra Indígena	Susta a Portaria nº 2.222 do Ministro da Justiça que declara tradicionalidade ao povo indígena Guaraní Chirip e Mbya a TI Mato Preto, em Erebango, Erechim e Getúlio Vargas (RS).
PEC 132/2015	Demarcação de Terra Indígena	Alteração do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A para permitir indenização de possuidores de títulos dominiais em áreas indígenas e homologadas a partir de 5 de outubro de 2013.
PEC 133/1992	Demarcação de Terra Indígena	Exige a autorização prévia do Congresso Nacional para a demarcação das TI após a aprovação da extensão e dos limites territoriais
PEC 187/2016	Exploração de recursos naturais	Acrescenta o §8º ao art. 231 da CF de 1988, a fim de que as comunidades indígenas realizem práticas agropecuárias e florestais em suas terras
PEC 215/2000	Demarcação de Terra Indígena	Transfere ao Congresso Nacional a competência de aprovar e gerir as demarcações das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, além de ratificar demarcações homologadas.
PEC 237/2013	Demarcação de Terra Indígena	Acrescenta o art. 176-A na CF de 1988 para tornar possível a posse indireta de terras indígenas à produtores rurais na forma de concessão.
PEC 287/2016	Reforma Previdenciária	Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, diante dessa nova proposta de Emenda Constitucional os indígenas não conseguiriam se aposentar
PEC 416/2014	Demarcação de Terra Indígena	Torna insuscetíveis de desapropriação para fins de regularização fundiária e para fins de demarcação de TI e quilombolas a pequena e média propriedade rural e a propriedade produtiva.

SITUAÇÃO ATUAL	AUTOR	PARTIDO	ESTADO	LINK
Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Alceu Moreira	PMDB	RS	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556784
Aguardando Criação de Comissão Temporária	Paulo Bauer	PSDB	SC	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1724712&ord=1
Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)	Nícias Ribeiro	PMDB	PA	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14434
Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Vicentinho Júnior	PSB	TO	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2077621
Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)	Almir Sá	PPB	RR	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562&ord=0#InkSecaoTramitacao
Arquivada nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	Nelson Padovani	PSC	PR	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=564668
Aprovado o Parecer. Aguardando Deliberação na Comissão Especial	Poder Executivo	PMB	.	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881
Arquivada nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	Vilson Covatti	PP	RS	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=618907

PROPOSIÇÕES	TEMÁTICA	EMENTA
PL 1610/1996	Exploração de recursos naturais	Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em TI
PL 2395/2015	Exploração de recursos naturais	Modifica a Lei no 6.001/73, que “dispõe sobre o Estatuto do Índio”, para a fim de permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras
PL 3226/2008	Exploração de recursos naturais	Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e de outras providências para facilitar a execução de projetos que afetem parques nacionais ou reservas indígenas.
PL 3501/2015	Saúde Indígena	Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Instituto Nacional de Saúde Indígena.
PL 490/2007	Demarcação de Terra Indígena	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 a fim de estabelecer que as TI serão demarcadas através de leis.
PL 5993/2009	Demarcação de Terra Indígena	Estabelece condicionantes para a demarcação e homologação de terras indígenas.
PLP 227/2012	Demarcação de Terra Indígena	Regulamenta o §6 do art. 231, da CF de 1988 definindo os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de TI

SITUAÇÃO ATUAL	AUTOR	PARTIDO	ESTADO	LINK
Aguardando Designação de Relator na Comissão Especial	Romero Jucá	PMDB	RR	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16969&ord=1
Aguardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Vicentinho Júnior	PSB	TO	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1585020
Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Papaleo Paes	PSDB	AP	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=390008
Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Poder Executivo	PMDB	.	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2028634
Aguardando Parecer - Ag. Devolução Relator não-membro	Homero Pereira	PR	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311&ord=1
Apensado ao PL 490/2007	Félix Mendonça	DEM	BA	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=448694
Apensado ao PLP 260/1990	Homero Pereira	PSD	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=561643

PROPOSIÇÕES	TEMÁTICA	EMENTA
PLP 260/1990	Exploração de recursos naturais	Dispõe sobre a exploração das riquezas materiais do solo, dos rios e dos lagos em TI.
RCP 26/2016	Demarcação de Terra Indígena	Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da FUNAI e do INCRA.
PL 1057/2007	Práticas tradicionais	Dispõe sobre o combate a práticas tradicionais
PL 6787/2016	Direitos Indígenas	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho
PLC 119/2015	Direitos Indígenas	Altera o Estatuto do Índio para estabelecer o dever da União, dos Estados e dos municípios.
PL 1216/2015	Demarcação de Terra Indígena	Regulamenta o artigo 231 da Constituição Federal, dispõe sobre o procedimento de demarcação de terras indígena e revoga o Decreto nº 1.775/1996. Estabelece a tese do Marco Temporal. A proposição foi anexada a PL 6818/2013, do deputado Geraldo Simões.

SITUAÇÃO ATUAL	AUTOR	PARTIDO	ESTADO	LINK
Aguardando Criação de Comissão Temporária	Carlos Patrocínio	PFL	TO	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21623&ord=1
Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados	Nilson Leitão	PSDB	MT	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2095541
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Henrique Afonso	PT	AC	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=351362
Aguardando Apreciação pelo Senado Federal	Poder Executivo	PMDB	.	www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2122076
MAT_RIA COM A RELATORIA (Relator Senador: Paulo Paim).	Henrique Afonso	PV	AC	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/122998
Tramitando em Conjunto, anexada.	Covatti Filho	PP	RS	http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1214955

BANCADAS: QUANTO CUSTA O RETROCESSO?

No jogo de retrocessos e manutenção de privilégios, a Frente Parlamentar Agropecuária, com 207 deputados e cerca de 20 senadores, une-se contra as populações indígenas com as bancadas da mineração (23 deputados), da bala (35 deputados), a evangélica (197 deputados) e das empreiteiras e construtoras (226 deputados). Nesta publicação se tabelou os valores de doação para campanhas dos 50 parlamentares elencados utilizando como filtro as empresas que se relacionam as bancadas elencadas acima. Os valores foram obtidos por intermédio da Consulta aos Doadores e Fornecedores de Campanha de Candidatos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nas prestações referentes às eleições de 2014, incluem-se os doadores também para os fundos partidários (diretórios Nacional e Estadual).

Fabricantes e comercializantes de insumos agrícolas, além das fazendas, produtores e compradores de bovinos, bancos e indústria da mineração são os principais investidores que sustentam as campanhas dos deputados e senadores anti-indígenas. Em uma soma dos valores declarados para o TSE como doações de pessoas físicas e de empresas para as campanhas eleitorais, os recursos arrecadados pelos 50 parlamentares anti-indígenas somaram R\$ 145.265.530,24. O valor de 145 milhões consiste, em comparação mais palpável, a aproximadamente 230 mil cestas básicas com valor tabelado segundo a última pesquisa da Fundação Procon (SP), o que daria para alimentar por um ano cerca de 20 mil famílias.

AGRONEGÓCIO

O agronegócio atua com um investimento de 33 milhões (R\$ 33.644.864,63) nas campanhas dos 50 políticos mapeados nessa publicação. É o setor que mais investe na Frente Parlamentar Agropecuária, tendo como as principais investidoras empresas conhecidas nos escândalos de corrupção. A basal doadora que se enquadra nesta condição é a JBS, uma das maiores indústrias de alimentos do mundo que opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros.

Com a bancada ruralista, a mais organizada do Congresso, o agronegócio atua diretamente nas pautas que privilegiam a usurpação das terras da União, na grilagem de territórios tradicionais, contra a agricultura familiar e qualquer projeto que endureça as penas para crimes relacionados a trabalhos análogos a escravidão. Nesse mesmo pacote, adentram os serviços prestados pelos parlamentares para a flexibilização na utilização de agrotóxicos, no perdão

das dívidas dos grandes exploradores rurais com a União, além da constante atuação para a paralisação das demarcações de terras indígenas e quilombolas. Assim, os 33 milhões que elegem deputados e senadores regressam aos cofres das empresas em forma de privilégios a pautas envolvendo o “agribusiness”.

Dos 40 deputados mapeados nesta publicação, 39 integram a Frente Parlamentar Agropecuária e 34 recebem financiamento de empresas ligadas diretamente ao agronegócio.

As indústrias JBS e BRF, companhias de alimentos processados, somam R\$ 2,148 milhões destinados aos cinco principais políticos que atuam em proposições anti-indígenas. São eles: Adilton Sachetti (PSB/MT), Jerônimo Goergen (PSDB/RS), Luiz Carloz Heinze (PP/RS), Nícias Ribeiro (PMDB/PA) e Paulo Bauer (PSDB/SC).



PARLAMENTARES DO AGRONEGÓCIO

No ranking dos parlamentares fichados, os que mais receberam doações de empresas ligadas ao setor do agronegócio são:



Em primeiro lugar, a deputada **Tereza Cristina (PSB/MS)**, com um montante de R\$ 2.689.800,00;



seguida pelo deputado **Luis Carlos Heinze (PP/RS)**, com R\$ 1.668.200,00; o deputado **Jerônimo Goergen (PP/RS)**, com R\$ 1.575.800,00.

No Senado Federal:



Antonio Anastasia (PSDB/MG) ocupa a primeira posição, com investimento de R\$ 4.483.292,84;



seguido pela senadora **Simone Tebet (PMDB/MS)**, com R\$ 2.840.000,00 e a senadora **Kátia Abreu (PDT/TO)**, com R\$ 2.485.000,00.

FAMÍLIA MAGGI

Nesse balcão de investimento, a família do ministro do Agricultura de Michel Temer, Blairo Maggi, destaca-se entre a prole que mais investe nos membros da bancada ruralista. O colosso do agronegócio, que teve a casa vasculhada no dia 14 de setembro de 2017 em mandato judicial acusado de obstrução à Justiça e formação de organização criminosa, direcionou R\$ 1,518 milhões para três deputados: Adilton Sachett (PSB/MT), Alceu Moreira (PMDB/RS) e Nilson Leitão (PSDB/MT). Ainda, R\$ 250 mil foram destinados a Sachett por Itamar Locks, atual chefe executivo da divisão agrícola do grupo Maggi.

O império da Família Maggi instaurou-se como um dos maiores produtores de soja do mundo. Segundo levantamento do Greenpeace, uma única família é responsável por pelo menos metade da devastação ambiental brasileira entre os anos de 2003 e 2004. Os valores citados referentes a família Maggi não estão somados nos valores do setor do Agronegócio por serem de pessoas físicas. A publicação computou unicamente doações de empresas.

Para o caixa de campanha de Félix Mendonça (DEM/BA), deputado responsável pelo PL 5993/2009, que estabelece barreiras para a demarcação e homologação de terras indígenas, Morro Verde Participações doou R\$ 170 mil. A empresa de criação de bovinos consta na lista de empregadores autuados por caracterização de trabalho análogo à escravidão, divulgada pela Repórter Brasil e disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Em janeiro de 2014, uma operação resgatou 23 trabalhadores da Fazenda Graciosa, em Xinguara (PA). A propriedade estava sob responsabilidade da Morro Verde Participações, que conseguiu uma liminar na Justiça para que o nome da empresa não constasse na divulgação da lista suja como empregadora que viola os direitos trabalhistas.

Aos deputados gaúchos Alceu Moreira (PMDB), Jerônimo Goergen (PSDB) e Luiz Carlos Heinze (PP), a multinacional Philip Morris, segunda maior empresa em produção de tabaco no país, garantiu o valor de R\$ 258 mil em doações às respectivas campanhas.

EMPREITEIRAS

Um valor de 26 milhões (R\$ 26.373.051,47) dos financiamentos privados das campanhas dos 50 parlamentares presentes nesse instrumento foi proveniente de empresas do ramo da construção civil. O setor das empreiteiras ocupa o segundo lugar entre aqueles que mais investiram na meia centena de políticos com maior atuação contra os povos indígenas no Congresso Nacional.

Dos 40 deputados mapeados nesta publicação, 21 integram a Frente Parlamentar da Construção Civil e 37 recebem financiamento de empresas ligadas diretamente ao setor.

O investimento de empresas como *Construtora Andrade Gutierrez*, *Construtora OAS*, *Construtora Norberto Odebrecht*, *Construtora Queiroz Galvão* levaram a Procuradoria Geral da União (PGR) a pedir investigação por indicativos de corrupção de uma porcentagem significativa dos parlamentares selecionados nesta publicação. Isso porque são empresas ligadas aos recen-

tes escândalos de lavagem e utilização indevido de dinheiros públicos. Nas fichas dos políticos presentes na segunda parte desta publicação utilizamos o carimbo “Investigado por Corrupção” para indicar essa informação.

Entre os projetos de lei de interesse das construtoras está o PL 3.729/004 que flexibiliza o licenciamento ambiental em obras de infraestrutura, como rodovias e hidrelétricas.



PARLAMENTARES DAS EMPREITEIRAS

No ranking dos parlamentares fichados, os que mais receberam doações de empresas ligadas ao setor das empreiteiras são:

DEPUTADOS:



Primeiro lugar **Toninho Pinheiro (PP/MG)** com o valor de R\$ 1.278.714,56;



Segundo lugar **Leonardo Quintão (PMDB/MG)** com o valor de R\$ 1.025.228,83 e terceiro lugar **Lucio Vieira Lima (PMDB/BA)** com o valor de R\$ 997.000,00.

SENADORES:



Primeiro lugar **Antonio Anastasia (PSDB/MG)**, com o valor de R\$ 6.444.599,79;



Segundo lugar **Ronaldo Caiado (DEM/GO)** com o valor de R\$ 2.115.500,00 e terceiro lugar **Kátia Abreu (PDT/TO)** com o valor de R\$ 1.462.000,00.

MINERAÇÃO

Entre os projetos que mais afrontam os direitos dos povos indígenas estão proposições envolvendo a mineração em terras indígenas. O “carro chefe” na temática envolvendo a exploração de recursos naturais áreas de usufruto exclusivo tradicional é o PL 1610/96, de Romero Jucá (PMDB/RO), que propõe atividades mineradoras em território tradicional.

Dos 40 deputados mapeados nesta publicação, 23 integram a Frente Parlamentar da Mineração e 28 recebem financiamento de empresas ligadas diretamente ao setor.

Lógico é que, no mercado do Congresso Nacional, esse fosse um dos setores que mais direciona investimento privados para a campanha dos parlamentares, na formação da bancada da mineração. Companhias do ramo dispuseram um valor de 12 milhões de reais (R\$ 12.013.366,63) para os 50 parlamentares fichados neste documento. Entre os

nomes mais conhecidos e com maiores investimentos está a companhia *Vale Energia SA, a Companhia Brasileira de Metalúrgica e Mineração, Mineração Grande Lago, entre outras.*

Nas informações dispostas nas fichas dos deputados, no campo Principais Doadores, é possível observar que as empresas ligadas ao setor da mineração “investem” principalmente em parlamentares do Pará e de Minas Gerais.



PARLAMENTARES DAS MINERADORAS

No ranking dos parlamentares fichados, os que mais receberam doações de empresas ligadas ao setor da mineração são:

DEPUTADOS:



Em primeiro lugar, **Leonardo Quintão (PMDB/MG)** com o valor de R\$ 1.943.585,06;



em segundo lugar **Marcos Montes (PSD/MG)** com o valor de R\$ 1.214.556,47; em terceiro lugar **Geraldo Resende (PSDB/MS)** com o valor de R\$ 770.000,00.

SENADORES:



Em primeiro lugar, **Rose de Freitas (PMDB/ES)** com o valor de R\$ 2.668.000,00;



em segundo lugar **Antonio Anastasia (PSDB/MG)** com o valor de R\$ 1.865.925,57; em terceiro lugar **Ronaldo Caiado (DEM/GO)** com o valor de R\$ 1.070.000,00



Cleber César BuzattoLicenciado em Filosofia e
Secretário Executivo do Cimi

RURALISTAS NO PODER: AGRESSÕES E DESAFIOS AOS POVOS INDÍGENAS

A publicação do Parecer 001/2017 pela AGU pegou a muitos de surpresa, mas não à bancada ruralista: dias antes da medida ser oficializada, ela foi comemorada nas redes sociais pelo ruralista gaúcho Luis Carlos Heinze (conferir box ao lado). O episódio relata as artimanhas ruralistas e, com prova fornecida por uma das partes, comprova a existência de um acordo político da bancada ruralista com o governo Temer para a elaboração e adoção de um parecer vinculante contra a demarcação de terras indígenas no Brasil. Note-se que a divulgação do vídeo dos ruralistas e a publicação do Parecer antidemarcação ocorreu exatamente no período em que o presidente Michel Temer se defendia de acusações da Procuradoria Geral da República (PGR). Temer buscava apoio parlamentar para evitar abertura de processo de investigação contra sua pessoa. A declaração do ruralista serviu de recado explícito para que o governo cumprisse imediatamente a sua parte no acordo político firmado.

Nós conversamos com o ministro Alexandre de Moraes, quando Ministro da Justiça, com o próprio ministro Osmar Serraglio, que também foi ministro e, por último agora, com o Torquato [Jardim]. Da mesma forma, com a Advocacia-Geral da União, hoje a ministra Grace [Mendonça]. Foram várias reuniões. A última reunião que fizemos, ainda em abril [de 2017], com o ministro [da Casa Civil, Eliseu] Padilha, com o ministro Osmar Serraglio, com a ministra Grace, nós acertamos um parecer vinculante.

Um grupo de técnicos da Casa Civil, do Ministério e também da Advocacia Geral da União (AGU) [...] tem já um parecer vinculante.

Esse parecer, que será assinado pelo presidente da República e pela advogada Geral da União, vai unificar todas as decisões das 19 condicionantes do Supremo Tribunal Federal (STF), e com isso vão revisar todos os processos [demarcatórios] que tem em andamento até esse momento. Seguramente, na minha avaliação, mais de 90% dos processos que tem no Brasil, são mais de 700 processos, são ilegais e, portanto, serão arquivados.



Deputado Federal **Luiz Carlos Heinze** (PP/RS)

As afirmações verbalizadas pelo deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP/RS) foram divulgadas pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), bancada ruralista, numa rede social [1]. O fato ocorreu no dia 14 de julho de 2017, cinco dias antes da assinatura do Parecer 001/17 pela ministra da AGU, Grace Mendonça, com aprovação do então presidente Michel Temer, ocorridas no dia 19 de julho. O Parecer foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em dia 20 de julho de 2017.

O governo Temer, por meio da ministra Grace Mendonça e do próprio presidente da República, assinou e aprovou o Parecer e determinou sua publicação e aplicação. Logo em seguida, no dia 02 de agosto de 2017, foi a vez dos ruralistas cumprirem a sua parte no acordo e serem os parlamentares que mais depositaram votos contra a abertura de investigação do presidente Temer [2]. Fica evidente, pois, que o Parecer 001/17 não resultou de um estudo jurídico sério coordenado pela Ministra da AGU. Daí seu conteúdo flagrantemente inconstitucional e avesso às decisões do Supremo Tribunal Federal [3] como atesta a nota técnica emitida pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal [4].

Este caso, embora emblemático, não se encontra isolado. Diversos outros instrumentos de ataque aos direitos indígenas têm sido manejados por parlamentares da bancada ruralista. Estudo realizado pelo Cimi [5] demonstra que mais de uma centena de proposições legislativas anti-indígenas tramitam no Congresso Nacional. Das quais, a PEC 215/00 é a mais conhecida e a que mais tem preocupado e exigido mobilização dos povos indígenas e seus aliados nos últimos anos [6].

Na tentativa de frear a mobilização dos povos em defesa de seus direitos, os ruralistas investiram pesadamente no processo de criminalização de lideranças indígenas e aliados destes junto à sociedade brasilei-

ra. Para tanto, dentre outras iniciativas, fizeram uso de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) da Funai/Incra como arma principal. Palco de requentadas e infundadas acusações, as CPIs comandadas pela bancada ruralista foram transformadas em palanque para discursos discriminatórios e de incitação ao ódio e à violência contra líderes indígenas, membros do Ministério Público Federal, profissionais da academia, pesquisadores, de modo particular da ciência antropológica, além de membros de organizações da sociedade civil que atuam legal e legitimamente em prol dos povos indígenas no Brasil.

Na CPI da Funai/Incra, mais de uma centena de representantes destes segmentos sociais foram vítimas de indiciamento, oito deles membros do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em relatório oficial destas CPIs aprovado pelos ruralistas e encaminhado para a Política Federal em estados como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Bahia.

INCITAÇÃO AO ÓDIO

A incitação ao ódio, à violência e ao preconceito contra os povos indígenas tem sido uma constante em discursos e ações coordenadas por membros da bancada ruralista. A audiência pública organizada pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e realizada em novembro de 2013, no município de Vicente Dutra, no interior do estado do Rio Grande do Sul [7] e o “Leilão da Resistência” realizado em Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, em dezembro de 2013, com o objetivo de arrecadar recursos para financiar milícias privadas [8] contra os povos indígenas são dois casos, dentre outros, extremamente graves neste sentido. O leilão somente não se estendeu para outros estados em função de decisão judicial que bloqueou a utilização dos valores arrecadados para as finalidades almejadas pelos ruralistas [9].



Tiago Miotto/Cimi





LEILÃO DA RESISTÊNCIA

Em dezembro de 2013, fazendeiros do MS organizaram o “Leilão da Resistência”, evento com finalidade de arrecadar recursos para ações de combate às ocupações de terras por indígenas no estado. O evento arrecadou R\$ 640,5 mil com o arremate dos lotes de animais e cereais [10]. O leilão teve a presença e discursos de senadores da República, deputados federais e estaduais. Parlamentares ruralistas cogitaram a realização de leilões semelhantes em outros estados.

À época, os organizadores do “Leilão” declararam que os fundos arrecadados seriam para a contratação de segurança privada às propriedades localizadas em terras indígenas, além de compra de armamentos e “formação de milícia”. Fazendeiros e ruralistas falavam abertamente em se armar ‘oficialmente’ contra indígenas. No submundo, porém, contratam

empresas de segurança para serviços de pistolagem, caso do assassinato do cacique Nísio Gomes Guarani Kaiowá [11].

Na ocasião, em nota pública, o Cimi pontuou a omissão dos poderes públicos, inclusive do governo federal, que permitiram um evento “pudessem livremente angariar e utilizar dinheiro deste leilão para “segurança privada ou milícias” – o que resultaria na intensificação das ameaças, dos ataques e, consequentemente, dos assassinatos de indígenas em Mato Grosso do Sul”.

“Ao silenciar, o governo compactua com as ofensivas dos ruralistas contra a vida dos povos indígenas, estes que historicamente são discriminados, perseguidos, ameaçados, vitimados por doenças e têm suas lideranças assassinadas em emboscadas, tocaias e em ações de setores que tomam nas mãos o que consideram ser a “justiça””, se posicionou o Cimi em documento, na época [12].

DISPUTA POLÍTICO-ELEITORAL

Neste contexto adverso, a disputa político-eleitoral ganha importância estratégica. O agronegócio investe pesadamente para ampliar sua representatividade nas mais diversas instâncias de poder, especialmente junto ao Congresso Nacional, onde os mesmos já possuem hegemonia [13]. Desavergonhados, em período eleitoral, buscam, inclusive, assediar e ludibriar lideranças, comunidades e povos indígenas.

Os povos, por sua vez, demonstram preocupação também com este campo de disputa e se organizam para ocupar espaços nestas instâncias institucionais. A demanda destes por informações fidedignas acerca do viés e espectro ideológico de cada Partido político e dos interesses realmente defendidos pelos candidatos que se apresentam nas disputas eleitorais é uma constante. Responder a essa demanda é uma necessidade premente que deve ser atendida por meio de diferentes mecanismos e instrumentos, a fim de que os povos não sejam levados a reforçar as fileiras de Partidos anti-indígenas e ou a votar e, com isso, ampliar as forças de seus inimigos. Mais do que isso: é urgente que se criem instrumentos adequados para que os povos construam suas próprias e comprometidas bancadas nos próximos pleitos.

Não restam dúvidas de que o agronegócio e os ruralistas constituem-se numa força política muito expressiva e com atuação sistemática nos diferentes poderes do Estado brasileiro contra os povos, seus direitos e seus aliados. Além disso, na tentativa de viabilizar politicamente suas propostas anti-indígenas, têm promovido e incitado a violência contra os povos por todo o país.



A exemplo, pontua-se a realidade do Rio Grande do Sul, onde deputados que se elegeram, repassaram cargos a filhos sob campanhas racistas e discriminatórias. Alimentar o preconceito e o ódio de parcela da sociedade gaúcha contra povos indígenas e seus aliados e, concomitantemente, se beneficiar político-eleitoralmente dos mesmos faz parte da 'tradição' de oportunistas e aproveitadores da boa-fé alheia.

Os povos indígenas, por sua vez, demonstram perspicácia, ciência dos fatos e disposição para continuarem travando a luta em defesa de seus direitos e projetos de futuro, inclusive no campo das disputas institucionais. Como aliado dos povos, o Cimi se alegra em disponibilizar esta publicação como mais um instrumento para contribuir nesta emblemática e complexa caminhada.

REFERÊNCIAS

- [1] https://web.facebook.com/fpagropecuaria/videos/545571245567260/?_rdc=1&_rdr <https://www.youtube.com/watch?v=3HbIDrCjOyE>
- [2] <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-poder-da-bancada-ruralista-no-congresso/>
- [3] O Parecer obriga toda a administração pública federal a aplicar, nos procedimentos de demarcação de todas as terras indígenas do Brasil, a tese do Marco Temporal e as condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, Pet 3388.
- [4] <http://www.mpf.mp.br/pgp/documentos/NotaParecerAGU1.2017.pdf>
- [5] <https://cimi.org.br/2017/10/congresso-anti-indigena-33-propostas-reunindo-mais-de-100-projetos-ameacam-direitos-indigenas/>
- [6] <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2013/04/indios-invadem-plenario-da-camara>
- [7] <https://videos.bol.uol.com.br/video/deputado-diz-que-quilombolas-indios-e-gay-sao-o-que-nao-presta-04028D193972D4C14326>
<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,frente-faz-representacoes-contradeputado-que-atacou-minorias-imp-,1132344>
- [8] <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525657-fazendeiros-do-ms-farao-leilao-para-financiar-qresistenciaq-contraindigenas>
- [9] <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/leilao-da-resistencia-arrecada-r-6405-mil-em-mato-grosso-do-sul.html>
- [10] <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/12/leilao-da-resistencia-arrecada-r-6405-mil-em-mato-grosso-do-sul.html>
- [11] <https://cimi.org.br/2013/12/35602/>
- [12] <https://cimi.org.br/2013/12/35618/>
- [13] <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>



Guilherme C. Delgado

Doutor em Ciência Econômica (Unicamp)
e membro da Associação Brasileira
de Reforma Agrária (ABRA)



O AGRONEGÓCIO E A POLÍTICA BRASILEIRA

A expressão “agronegócio” está cheia de ambiguidades ou múltiplos significados, de maneira que requer um preliminar esclarecimento. E esse esclarecimento inevitavelmente nos encaminhará ao título deste artigo. Vamos, portanto, fazer uma varredura das ambiguidades, para nos concentrar na relação que nos propomos esclarecer – agronegócio e política brasileira.

Duas noções convencionais de larga circulação são bem conhecidas, uma puramente descritiva e outra publicitária:

1) Agronegócio é o mesmo que negócio no ou com o agro

2) Agro (negócio) é tech, agro é pop, agro é tudo

As duas noções nada revelam sobre economia e política, que é no fundo o campo de atuação desse arranjo de poder. A primeira é semelhante a uma descrição do tipo “seis é igual a meia dúzia”. A segunda é uma peça publicitária, expressa em linguagem idolátrica e totalitária, que mais esconde do que revela sobre o que pretendemos desvendar - o papel desse sistema na política brasileira.

Por outro lado, veremos que palavras-chave de caráter seminal

aparecerá se conceituarmos agronegócio ou economia do agronegócio como pacto de poder, envolvendo parceria estratégica de cadeias agroindustriais, do sistema de crédito bancário e dos proprietários da terra, sob regência e patrocínio do Estado brasileiro, com vistas à acumulação de capital nesse espaço de negócios.

“Pacto de poder”, “parceria estratégica” entre classes proprietárias, “regência do Estado”, “espaço de negócios” são ideias seminais à explicação das relações de grupos sociais dominantes com a política. Ajudam a desvendar e não a esconder os fenômenos sociais, econômicos e políticos que estão por trás do Agronegócio.

Esse pacto de poder com esses protagonistas mencionados – cadeias agroindustriais, sistema de crédito bancário e proprietários de terra - não é uma novidade histórica absoluta. Já houve algo parecido na época da ditadura militar, com o nome pomposo de ‘modernização conservadora da agricultura’, projeto que durou praticamente duas décadas, se esvaiu, mas não se encerrou com a Constituição Federal de 1988. Ficaria em estado de dormência ou hibernação por mais de uma década (meados dos 80 mais anos 90), até que no início dos anos 2000 seria relançado sob os auspícios do segundo governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1999.

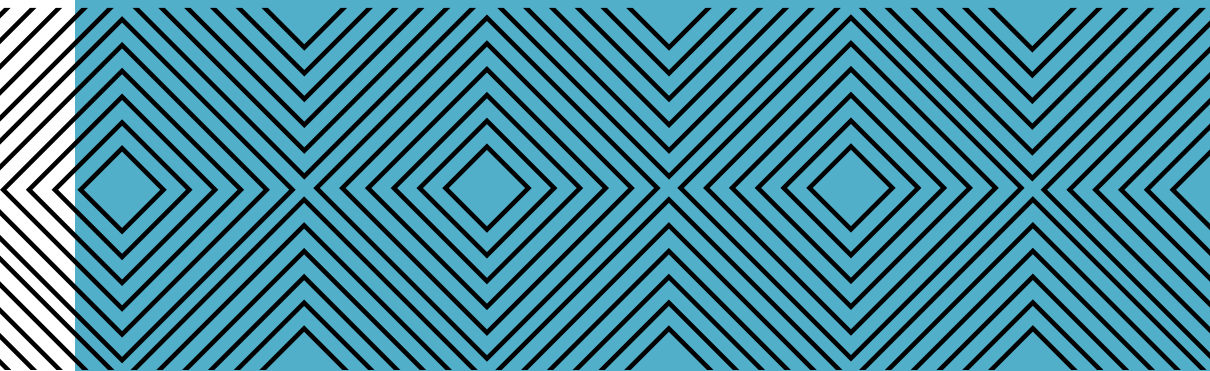
A partir desse relançamento, agora fortemente ligado à especialização brasileira nas exportações primárias – agrícolas e minerais, esse pacto de poder caminhou por vários governos – FHC II, Lula I e Lula II, Dilma e Temer - com alta subvenção de recursos públicos – de créditos e incentivos fiscais. Apoiou-se as cadeias agroindustriais exportadoras de meia dúzia de ‘commodities’, valorizando o patrimônio e a renda dos proprietários ou pretensos proprietários da terra.

O LUGAR DOS 'DIREITOS' DA TERRA NO PACTO DE PODER DO AGRONEGÓCIO

Merece especial destaque nesse 'Pacto de Poder' o lugar que nele ocupam os proprietários de terra e suas estratégias políticas e privadas para captura de ganhos extraordinários (renda fundiária). Por sua vez, essas se dão com a manipulação dos direitos ou pretensos direitos de propriedade, posse e uso da terra. Como é sabido, é da manipulação desses 'direitos' que essa classe obtém ou captura várias formas de rendimento econômico, tanto externas (preços externos em elevação, elevam igualmente os preços de terras e arrendamentos), quanto internos (subsídios fiscais e principalmente créditos conferidos aos titulares de propriedade ou posse fundiária)

Por seu turno, para obter, manter e concentrar a relação de propriedade sobre o território, principal fonte de renda e riqueza para esse grupo ou classe social, é imprescindível não apenas controlar o governo, mas todos os Poderes do próprio Estado brasileiro. Afinal, sem este, que é o regente do pacto de poder, a orquestras não toca, ou quando o faz desafina por completo. Isto porque, não é possível por ação humana produzir novas superfícies territoriais a explorar ou controlar. Mas a ânsia por colocação no mercado de novos títulos de propriedade fundiária, estratégia requerida pela economia do agronegócio, requer operações combinadas, que em primeira e última instância avançam contra a legitimidade dos direitos de propriedade, posse e uso da terra, na forma e que estes estão definidos nos regimes fundiários constitucionais.

Guilherme Cavalli/Cimi



REGIMES FUNDIÁRIOS

É necessário fazer uma rápida e sucinta abordagem dos regimes fundiários constitucionais. A análise permitirá entender porque estes são objeto de “avanços contra”, desconstrução e/ou sistemática desconsideração dentro da estratégia do mercado de terras autossuficiente, que é marca registrada do agronegócio.

Há três regimes fundiários constitucionais bem definidos e um quarto, que como se verá é ambíguo, prestando-se a toda sorte de manipulações:

O **primeiro** é conceitualmente àquele que designa e destina as terras à produção agropecuária, mas as subordina a uma função social - produtiva, ambiental e trabalhista. O aparato legal (art. 186 da CF) deveria ser seu selo legitimador;

O **segundo é o regime das terras étnicas** – indígena (Art. 231 da CF) e quilombola (ADCT Art 68),

cujas funções explícitas são de reprodução social das culturas ancestrais; e por isso se diferencia essencialmente do primeiro;

O **terceiro regime fundiário**, explícito no texto constitucional é dos parques e reservas naturais de caráter contínuo (Art. 225), cuja função precípua é de reprodução do próprio espaço da natureza.

Há um **quarto regime**, de terras de domínio da União (Art. 20 da CF), contendo uma miscelânea de situações fundiárias – ‘terras de fronteira’, ‘terrenos de marinha’, ‘terras devolutas’, ‘superfícies aquáticas’ e principalmente o domínio das terras dos segundo e terceiro regimes. Todo esse imenso espaço territorial de ‘domínio da União’, praticamente sem órgão gestor capacitado para lidar com um território de mais de metade do território nacional, funciona como uma espécie convite implícito às apropriações indebitas de patrimônio público.

EROSÃO DOS REGIMES FUNDIÁRIOS

A erosão e desconstrução dos regimes fundiários constitucionais se dá de diferentes formas. As mais insidiosas e malignas são as macro operações de grilagem de terras públicas (indígena, quilombola, de parques e reservas, de terras produtivas, mas que não cumprem a função social, de ‘terras devolutas’, ‘de fronteira’, ‘de marinha’ etc). São erosões que se dão ao abrigo de leis aprovadas pelo Congresso, notoriamente inconstitucionais. Os exemplos mais recentes são:

Lei 13.178/2015: ainda no Governo Dilma, sobre ‘legalização de registros cartoriais em toda zona de fronteira’

Lei n. 13.465/2017: do governo Temer, de legalização de grilagens na Amazônia Legal e privatização dos assentamentos, ambas sob distintas Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

Essas ações de macro grilagem pretensamente legalizadas, são precedidas pelo trabalho sujo de ‘limpeza’ das áreas griladas com recurso sistemático à violência privada ou policial. Não são atos isolados, dos porões do sistema do agronegócio, mas partes e peças de sua estratégia de acumulação fundiária e de captura de renda e riqueza, para o que a participação no ‘pacto de poder’ dos proprietários de terra é essencial.



O ANO ELEITORAL DE 2018 COMO POTENCIAL DE CONTROLE DO PODER POLÍTICO

Isto posto, parece-nos da maior relevância política, ‘dar os nomes aos bois’ no ano eleitoral que ora vivenciamos – de renovação dos agentes políticos em todos os níveis – Executivo e Legislativo, em todos os Estados e na União.

Salta aos olhos que há meios e modos de, pelo controle político, somado às lutas sociais, exercer um claro contraponto de autoproteção social à pretensão idolátrica do tal pacto de poder. Ademais, no nível regional, da eleição de governadores, prefeitos e deputados estaduais, também se reproduz o fenômeno nacional do pacto de poder do agronegócio, com características de alta ilegitimidade relativamente aos regimes fundiários constitucionais. Mas a depender das Bancadas Ruralistas operantes, com notória fúria legislativa para desconstruir direitos e constituir o mercado de terras autosuficiente, os direitos agrários, ambientais, hídricos, indígenas, quilombolas etc, não teriam vez.

Revelar o que eles fazem no Congresso Nacional é fundamental. E votar com consciência de que cada vez mais se aproxima a hora de separar o joio do trigo. Traduzir também para as pessoas não residentes no espaço rural a ideia de que – direitos agrários, ambientais, hídricos, étnicos etc são patrimônio de condição de vida digna para toda sociedade; e inversamente – propriedade privada irresponsável sobre o território é porta aberta à degradação das terras, águas, florestas, biodiversidade e clima planetário. O Agro não é tech, o agro não é pop, agro não é tudo.



A group of indigenous people, likely from the Sawré Muybu community, are shown in traditional dress, including beaded necklaces and feathered headbands. They are holding a large white sign with black text. The background is a bright, hazy sky. The entire image has a reddish-orange tint.

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
TERRA SAWRÉ MUYBU
TERRA PROTEGIDA

ACESSO INTERDITADO A PESSOAS ESTRANHAS

ARTIGO Nº 231 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ARTIGO Nº 18, § 1º LEI Nº 6001/73

ARTIGO Nº 161 DO CÓDIGO PENAL

Roberto Antonio Liebgott

Coordenador do Cimi Sul



OS RURALISTAS E OS ATAQUES AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Vive-se no Brasil uma realidade de absoluta insegurança jurídica no que tange aos direitos individuais e coletivos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. As ações no campo jurídico e político evidenciam a instalação, por dentro do Estado, de uma organização que visa depredar o patrimônio público e impor, mesmo que a força, o seu intento exploratório no tocante aos recursos ambientais, minerais, hídricos e da biodiversidade.

Os povos indígenas se tornaram, neste período, um problema, tendo em vista que as suas terras foram eleitas como prioritárias para a expansão principalmente das fronteiras agrícolas. Isso se deve, também, por comporem o patrimônio da União. Logo, os territórios tradicionais se encontram em um acordo de interesses políticos e econômicos a expropriação.

Na base desta organização está a bancada ruralista, uma das mais organizadas do Congresso Nacional. É ela quem mais atua na perspectiva de aniquilar os direitos constitucionalmente assegurados aos indígenas, quilombolas e outros grupos étnicos e comunidades tradicionais. Neste contexto, além das figuras políticas, atuam tam-

bém integrantes das polícias, promotores, juízes, tribunais, a grande mídia e o fundamentalismo político e religioso. O citado grupo de atores públicos faz a segurança, dá legitimidade e sustenta o acordo de interesses econômicos e políticos na perspectiva da delapidação dos bens públicos a interesses particulares e privados.

Os impactos deste acordo, assegurado por corporações que usurpam o Estado no âmbito dos três Poderes, consolidam um regime de violência e de exceção jurídica, especialmente sobre os povos e comunidades que reagem contra essa perspectiva expansionista e contra os ataques aos seus direitos fundamentais. Mais abaixo falaremos sobre o Parecer 001/2017, um dos principais instrumentos cabíveis quando a análise se trata de desvio dos poderes do Estado. Alguns sinais destes ataques são as paralisações de todas as demarcações de terras tradicionais, a judicialização das demarcações em curso e o sucateamento e a inoperância dos órgãos responsáveis pela execução de políticas públicas e pela fiscalização e proteção das áreas.

Ao longo do ano de 2017, os povos indígenas viram seus territórios serem invadidos, loteados e explorados por aqueles que desejam implementar o monocultivo agrícola, a pecuária e a exploração de minerais, madeira e energia. O projeto de morte continuou em 2018. Os povos sofreram com a imposição de uma política deploável, fascista, predatória e devastadora dos territórios, dos recursos ambientais e das águas. Intensificou-se uma política propositamente implementada para aniquilar direitos e o modo de ser dos povos e suas perspectivas de vida e de futuro. Uma política engendrada nos gabinetes de ruralistas e fundamentalistas religiosos. Uma política que tem uma face de perversidade porque se impõe pela força bruta e pela repressão.

A FUNAI

A Fundação Nacional do Índio (Funai) encontra-se, ao longo dos anos, alvo de críticas por parte dos povos indígenas em função de sua ineficiência e morosidade na condução da política indigenista. O órgão indigenista governamental também sofre pressões e perseguições dos ruralistas pelo fato de ter a obrigação legal de atuar em prol dos direitos indígenas, em especial no tocante a proceder aos estudos de identificação e delimitação daquelas terras que são caracterizadas como sendo pertencentes às comunidades tradicionais. Por conta dessa atribuição, a Funai acabou, juntamente com o Incra, sendo objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados.

Em 2017, o órgão indigenista passou a ser orientado e conduzido por segmentos que são historicamente anti-indígenas – os empresários do agronegócio, da mineração, do ruralismo, do fundamentalismo religioso e de militares. Estes definem como a Funai deve atuar e conduzem a política de governo destinada aos povos indígenas.

Se anteriormente havia morosidade nas ações, a partir deste período ocorre um planejamento estratégico visando a inviabilização da Funai enquanto estrutura de Estado, que tem em sua criação o dever de desenvolver as políticas e a proteção dos povos e seus territórios. As consequências se refletiram na paralisação de todas as demarcações de terras; nas restrições orçamentárias para as ações e serviços nas áreas; no abandono das atividades voltadas à proteção dos povos em situação de isolamento e risco, a fiscalização das terras demarcadas, em especial na Amazônia, que estão sendo alvos de desmatamentos, de incêndios criminosos, invasões de madeiros, garimpeiros, caçadores, pescadores e grileiros.

CPI: CRIMINALIZAÇÃO DE LIDERANÇAS INDÍGENAS E DE INDIGENISTAS

A bancada ruralista no Congresso Nacional, no último ano, deu sequência e concluiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra. Os objetivos eram de desqualificar as ações e serviços em prol dos povos indígenas e quilombolas; criminalizar todos aqueles e aquelas que se colocaram na defesa das demarcações das terras e da reforma agrária. Desejava-se criar elementos para o questionamento judicial dos atos passados e os futuros no que tange às demarcações, com o intuito de caracterizar todos os atos administrativos de demarcação como sendo fraudulentos.

A bancada ruralista, principal interessada na CPI, apontou “possíveis fraudes” quando questionou a inexistência da chamada “neutralidade científica” dos técnicos – antropólogos, etnohistoriadores e arqueólogos – em relação aos laudos produzidos. Quando se aprofunda a reflexão em filosofia da ciência, percebe-se que nem mesmo as ciências físicas e ditas “exatas” podem ser consideradas neutras. Ignora-se, com seu posicionamento político anti-indígena, que para a produção de um laudo ou relatório etnoantropológico qualificado, os técnicos necessariamente precisam construir aproximação, empatia e identificação com o grupo étnico pesquisado. Assim, para um antropólogo falar ou escrever com profundidade sobre os Guarani, os Kaingang ou qualquer outro grupo indígena, o mesmo necessita ser aceito e acolhido pelo “objeto/sujeito” de sua pesquisa.

Outro argumento falacioso repetido incontavelmente pela Comissão de Inquérito é o de que haveria interesses escusos nas ações que visam assegurar terras para indígenas e quilombolas. Descon-

sidera-se a violência que os povos foram submetidos. Antes da formação do Estado brasileiro com as primeiras invasões de europeus, havia mais de 1.000 povos diferentes nestas matas e terras. Em 500 anos a colonização dizimou e exterminou grupos indígenas inteiros através da escravização, de doenças, assassinatos e usurpação de seus territórios. Então, falar em interesses escusos seria tentar colocar sobre suspeita as ações e os serviços de quem busca garantir as condições de existência aos mais de 334 povos diferentes que ainda estão presentes no Brasil. Por isso, usam a estratégia de tentar criminalizar e deslegitimar os indígenas, os técnicos, as organizações da sociedade civil que os apoiam, como também as instituições do Estado que buscam cumprir a Constituição Federal de 1988.

Quando se pesquisa quais seriam os financiadores de campanha eleitoral dos principais deputados anti-indígenas da CPI, verifica-se que vários deles receberam grandes quantias de recursos das indústrias de sementes transgênicas, da produção de agrotóxicos (adubos e venenos químicos), como também das indústrias de armamento. Pode-se obter essas informações nessa publicação, nos perfis dos 50 parlamentares que mais atuaram contra os direitos dos povos indígenas. A questão: onde estariam os interesses escusos?

O relatório final da CPI foi encaminhado para autoridades, tais como Polícia Federal e Ministério Público Federal. Em função da CPI, houve em muitas regiões do país uma severa perseguição aos indígenas e seus apoiadores. Registre-se aqui que, apesar de todo o investimento, inclusive financeiro, as duas CPIs não conseguiram demonstrar nenhuma ilegalidade nas demarcações ou nas ações de organizações indigenistas e de apoiadores dos povos indígenas.

PARECER 001/2017 DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

No âmbito das violências aos povos que estão amparadas pelo Estado brasileiro, o governo Temer impôs, no âmbito da administração pública federal, o Parecer 001/2017 da AGU. Dentre outras regras, a “tese política” tentar impor as 19 condicionantes do caso Raposa Serra do Sol (PET 3338), as teses do marco temporal da Constituição Federal de 1988 e o renitente esbulho. A AGU, a quem compete defender a União e todos os seus bens, colocou-se ao lado dos setores anti-indígenas, fazendo uma gestão jurídica de teses que se contrapõem aos direitos indígenas e às próprias atribuições legais dos serviços que legalmente deveria prestar. Com este parecer, a AGU legisla em defesa dos interesses privados e em detrimento dos interesses da União, já que é responsabilidade da União proceder a demarcação de terras indígenas e como consequência, as terras passam a compor o seu patrimônio.

Na prática, a AGU age de forma ilegal e chega a ser perversa porque submete os povos indígenas, a quem deveria fazer a defesa, a condição de sujeitos sem direito, ou com direito desde que comprovem que estavam na posse da terra por eles reivindicada no dia 05 de outubro de 1988. Caso nela não estivessem – por fatores diversos tais como expulsão, perseguição, racismo, massacres – ou não a estivessem disputando física ou jurídica, segundo a tese do renitente esbulho, eles perdem o direito a terem direito. A AGU, em síntese, propõe o esbulho, por particulares, dos bens da União. Atua como escritório de advocacia da Bancada Ruralista.

O ministro da Justiça, Torquato Lorena Jardim, cuja carreira política foi consolidada junto ao regime militar (1964-1985), defende de forma muito explícita a portaria da AGU e a necessidade de se fazer negociações entre o governo e os “afetados” pelas demar-



Guilherme Cavalli/Cimi

cações de terras. Com isso, para o jurista filho de latifundiários, supostamente se resolveriam as pendências e contradições nos procedimentos demarcatórios. Vale lembrar que entre os que se dizem afetados estão aqueles que compõem a “organização” que pretende usurpar os bens públicos.

PROJETOS DE LEIS E EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Em sequência de ataques articulados contra os povos indígenas, tramitam no Congresso Nacional mais de 100 propostas de projetos de leis e de emendas à Constituição com o intuito de impedir que os procedimentos de demarcações de terras ocorram conforme determinação do Artº 231 da Constituição Federal. Os autores das proposições que tramitam com o intuito de rasgar os direitos dos povos encontram-se fichados nessa publicação.





PEC 215: DE RURALISTAS PARA RURALISTAS

Entre as proposições mais nocivas aos povos indígenas está a Proposta de Emenda à Constituição 215/2000. A PEC 2015 pretende tirar do poder executivo, no caso da Funai, as atribuições de realizar os estudos de identificação e as demarcações de terras indígenas e passar para a esfera do Poder Legislativo Federal, no caso o Congresso Nacional.

Demarcar terras indígenas através de leis é submeter completamente os direitos territoriais indígenas aos interesses das bancadas de deputados federais. Desta maneira, os interesses econômicos de grandes produtores do agronegócio, de industriais e de financiadores

de campanha. Os setores anti-indígenas seriam fortalecidos na sua sanha de continuar usurpando os indígenas das suas condições de existência. Estaria em jogo também a possibilidade de revisão das terras indígenas já demarcadas e homologadas pela presidência da república, assim como a imposição, em todos os procedimentos de demarcação, as teses do marco temporal e do renitente esbulho.

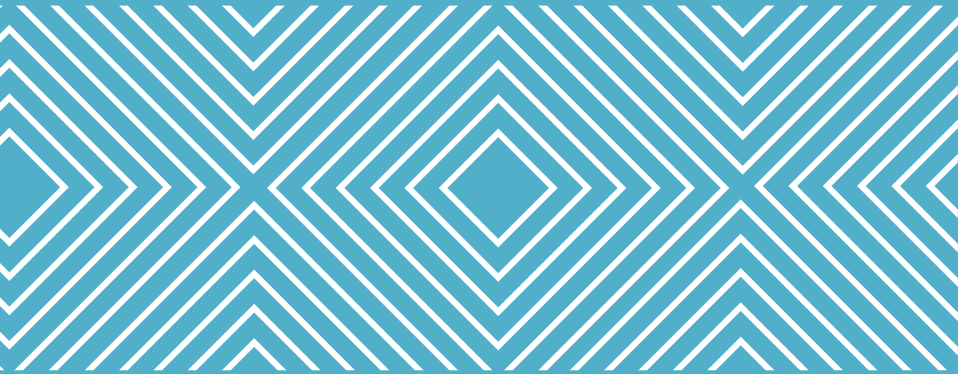
Os povos indígenas, em constante resistência e com suas mobilizações em Brasília e por todo o país, têm conseguido sustar, mesmo que de maneira ainda não definitiva, a tramitação da PEC 215.

CONLUIO CONTRA OS DIREITOS TRADICIONAIS

Há, como já apontado, uma sintonia entre os argumentos utilizados e propagados pelos ruralistas na CPI Funai/Incra. Unem-se com inclinações que a Funai vem tendo em seu departamento de assuntos fundiários; por ministros do STF nas decisões contra as demarcações de terras; no Parecer 001/2017 da AGU e os argumentos para aprovação da PEC 215/2000. Pretende-se, numa conjunção de esforços políticos, jurídicos e administrativos, impedir que o direito a terra - expresso na Constituição Federal, se sustente e se concretize. Agem com um único interesse: liberar as terras para a livre iniciativa econômica.

Pelo que se desenha, no contexto político, haverá efetivamente um aprofundamento dos ataques contra os povos indígenas e quilombolas. O governo de Michel Temer estruturou-se, com apoio e propostas da bancada ruralista, para assegurar, por um lado o poder político e por outro para promover de forma avassaladora o desmonte de todas as garantias e direitos fundamentais. O que esperar da próxima legislatura, com seus deputados, senadores e presidente? Mais do que nunca se faz necessário uma incidência pela presença dos povos indígenas e quilombolas também nos espaços institucionais, ocupando cadeiras dentro de um Congresso Federal, hoje nada representativo.





Adelar Cupsinsk
Rafael Modesto dos Santos
Vanessa Rodrigues de Araújo

Assessoria Jurídica do Cimi



UM MARCO TEMPORAL INCONSTITUCIONAL: NOSSA HISTÓRIA NÃO COMEÇA EM 1988

O que parte do Poder Judiciário vem chamando de “marco temporal”, nada mais é, pois, que uma interpretação que tende a restringir o alcance do direito à demarcação das terras indígenas, já que vincula este direito à presença física, e não tradicional, das comunidades nos seus territórios ao período de 05 de outubro de 1988, data da promulgação da nossa atual Constituição Federal.

Especialistas do Direito e da Antropologia, assim como as próprias comunidades indígenas alertam para o perigo de retrocesso desses direitos. A aplicação do marco temporal como condicionante para a demarcação das terras, esbarraria na previsão dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal, assim como conflita com Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos e sobre povos indígenas e tribais.

Ressalte-se, ainda, que embora o Supremo Tribunal Federal (STF) não tenha esgotado o debate sobre a matéria, setores mais conservadores ligados ao ruralismo, aquém de uma interpretação

constitucional, tentam impedir a consecução dos procedimentos de demarcação com base na limitada teoria do marco temporal.

Logo, não há no ordenamento jurídico elementos que sustente essa incoerência e, muito menos, a jurisprudência da Suprema Corte dá margem para o reducionismo da previsão do Capítulo dos Índios da Carta Política de 1988.

O QUE É E ONDE NASCEU O MARCO TEMPORAL? QUEM DEFENDE ESSA TESE ANTI-INDÍGENA? O QUE DIZ O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE SUA APLICAÇÃO?

O marco temporal é uma tese que vincula a demarcação das terras indígenas à comprovação da posse física da terra em 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Essa tese é inconstitucional, pois contraria o artigo 231 da Constituição Federal, que reconhece a ocupação tradicional das terras indígenas.



ARTIGO 231 DA CF DE 1988

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Ao lado do marco temporal foi criada a tese do renitente esbulho, a qual consiste na exigência de que os indígenas estivessem disputando a posse da terra, pelas vias de fato ou através de uma ação judicial, também em 05 de outubro de 1988. Portanto, sem a comprovação da posse física e do conflito possessório nessa data, a terra deixaria de ser indígena.

O marco temporal apareceu pela primeira vez durante o julgamento do caso Raposa Serra do Sol (Pet. 3388/RR), no ano de 2009 e foi aplicado no ano de 2014 pela Segunda Turma do STF para anular a demarcação da Terra Indígena Guyraroká, dos Guarani e Kaiowá e Limão Verde, do povo Terena, ambas no Mato Grosso do Sul.

A tese do renitente esbulho apareceu primeiramente no processo da Terra Indígena Buriti, também do povo Terena, mas no Tribunal Regional Federal da Primeira Região – TRF1. Posteriormente foi

levada para o STF para anular a demarcação da já mencionada T.I. Limão Verde.

A defesa dessa tese é permanentemente feita pelos ruralistas, produtores rurais e, em especial, pelas bancadas ruralista e evangélica no Congresso Nacional. Na prática, objetiva validar o esbulho e invasões, o que, de acordo com a Constituição, continua sendo um ato nulo que não produz qualquer efeito jurídico (art. 231, § 6º da CF/88).

QUAIS SÃO AS FRAGILIDADES DESSA TESE? QUAL SERIA SEU OBJETIVO? QUE RELAÇÃO TERIA ELA COM A VIOLÊNCIA CONTRA OS ÍNDIOS?

Normativamente, os indígenas ficaram sujeitos ao regime tutelar até 05 de outubro de 1988. Esse regime foi operado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) até o ano de 1967 e posteriormente pela Fundação Nacional do Índio (Funai), os quais mantiveram em seu poder a representação política e jurídica dos povos indígenas.

Na vigência do regime tutelar, o Estado brasileiro impediu os povos indígenas de se defenderem perante juízo e de ingressarem com ações judiciais, ou seja, de lutarem pela posse ancestral de suas terras.

No período da ditadura civil-militar, as disputas pelas terras indígenas foram se agravando. As terras indígenas eram invadidas, os indígenas presos e castigados, pois assim ficava mais fácil para o Estado garantir a titulação das terras de ocupação tradicional aos seus algozes. Povos indígenas, em sua totalidade, foram exterminados, seja por meio de inoculação de varíola, distribuição de açúcar misturada a estricnina às comunidades, e até mesmo dinamites jogadas de avião sobre as aldeias. Outras formas de mortes eram

à metralhadora, cortados vivos, à facção, do púbis à cabeça ou obrigados a trabalhar até morte. Até mesmo casos de crucificação de índios foi descoberto na primeira CPI da Funai em 1967¹.

O marco temporal, além de legalizar toda essa fraude, invasões, pilhagens e o esbulho histórico cometido contra os indígenas, visa paralisar a demarcação das suas terras. É uma tese genocida, pois sem a terra não há cultura, espiritualidade, meios de subsistência, tampouco há vida. Além disso, cabe ressaltar que o referido marco não está escrito em lugar nenhum da Constituição Federal de 1988, ou em qualquer outra lei vigente. Muito pelo contrário, a Constituição determina que as terras de ocupação tradicional deveriam ser demarcadas no prazo de cinco anos, a partir de 1988, o que foi severamente desrespeitado pelo Estado brasileiro.

E A LEI, DE QUE LADO ESTÁ? O QUE DISSE O STF APÓS O ANO DE 2014?

De acordo com a Constituição Federal: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (art. 231 da CF/88).

Mesmo com o reconhecimento constitucional sobre a tradicionalidade das terras indígenas, a União, no ano de 2017 emitiu o Parecer 001/AGU, também denominado de “Parecer do Genocídio”, o qual determina que toda Administração Federal, direta e indireta, em especial a Funai, a aplicar o marco temporal e o renitente esbulho.

¹ Essas afirmações estão relatadas no Relatório Figueiredo e são documentos públicos disponíveis em: <http://midia.pgr.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acessado em 25.07.2018.

A tese do marco temporal também está presente nas proposições legislativas, especialmente na Proposta de Emenda à Constituição, PEC 215/2000, a qual propõe a alteração de dois artigos da Constituição Federal, o artigo 49, inciso XVIII e o artigo 231². A PEC 215 almeja, ao alterar o regime jurídico da demarcação das terras indígenas, transformar esse ato normativo em um ato político subordinado aos interesses dos parlamentares. Dada a atual composição do Congresso Nacional, na prática, o processo administrativo de demarcação de terras instituído por lei sofreria uma paralisação, a qual agravaria os conflitos territoriais e, portanto, a situação de vulnerabilidade dos povos indígenas.

Por outra banda, o STF tem demonstrado um posicionamento contrário ao marco temporal. Em agosto de 2017, ao julgar as Ações Cíveis Originárias (ACOs) 362/MT e 366/MT, as quais discutiram conceito ocupação tradicional, a Suprema Corte entendeu que as terras indígenas sempre foram de propriedade da União, ou seja, qualquer titulação feita pelos Estados em benefício de não-índios, é nula de pleno direito. Antes, reconheceu a ocupação tradicional dessas terras ao se utilizar da prova antropológica e determinar que aquelas terras nunca foram devolutas.

Ainda, em fevereiro de 2018, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239 (ADI Quilombola), referente à titulação de terras quilombolas, a Corte rechaçou o marco temporal.

2 Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: março de 2018.



COMO DERROTAR O MARCO TEMPORAL?

Caminhos possíveis apontam para um fortalecimento do protagonismo e articulações dos povos indígenas; intensificar as mobilizações com intuito de sensibilizar os ministros do STF que a demarcação das terras indígenas deve ser aplicada de acordo com o modo de ocupação, de ser e viver de cada povo e não com base numa referência temporal que viola os direitos originários.

Nos tempos atuais, a construção da nação brasileira baseada na democracia, igualdade e justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, plural e sem preconceitos está em conflito. No caso dos povos indígenas, a teoria do marco temporal tenta forçar a desconstrução de direitos arduamente conquistados e construídos no decorrer dos últimos cinco séculos.

Neste aspecto, a existência dos índios já seria suficiente para afastar a teoria do marco temporal, pois a permanência e o futuro de um povo indígena estão condicionados a um espaço fundiário. Caso contrário, o direito perde sua eficácia, sua finalidade e proeminência e a morte dos povos indígenas é a morte do próprio direito.

The background of the entire page is a repeating pattern of concentric squares. Each square is composed of multiple nested lines, creating a 3D effect of depth. The pattern is uniform and covers the entire surface.

FECHAS DOS PARLAMENTARES
Anti-Indígenas

Arthur Lira

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PP/AL

BANCADAS:  Ruralista  Mineração  Evangélica

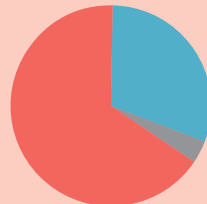
O DEPUTADO: Compõe a massa de apoio da bancada ruralista, tendo emitido diversos pronunciamentos contrários às demarcações de terras indígenas. Em maio de 2018 foi denunciado por peculato e lavagem de dinheiro pela Procuradoria-Geral da República (PGR) [1]. A denúncia é de que Arthur Lira participou ativamente de um esquema de desvio de recursos públicos quando exerceu cargo de direção na mesa diretora da Assembleia Legislativa de Alagoas (2003 a 2006). As investigações revelaram a prática sistemática de crimes contra o patrimônio público na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 1.451.276,56**

Doações:

Agronegócio	R\$ 957.000,00	
Empreiteiras	R\$ 51.906,00	
Outros	R\$ 442.369,56	



Principais doadores: JBS | RB Dantas & Cia | Riviera Ipiranga Construções | Central Açucareira Santo Antônio

BA

Lucio Vieira Lima

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PMDB/BA

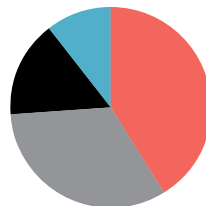
BANCADAS:  Ruralista  Mineração  Bala

O DEPUTADO: Ao declarar à Justiça Eleitoral seu patrimônio para tentar a reeleição, Lúcio Vieira Lima disse ter R\$ 11,2 milhões, 45% a mais do que em 2014 - R\$ 7,7 milhões [2]. Em agosto de 2018, a Polícia Federal realizou buscas no gabinete e na casa do deputado pela operação que investigou a procedência das caixas de dinheiro - R\$ 51 milhões - encontrados em um apartamento ligado ao irmão de Lucio, ex-ministro de Michel Temer, Geddel Vieira Lima, preso pela PF em setembro [3].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 2.424.750,00**

Doações:	Agronegócio	R\$ 800.000,00	
	Empreiteiras	R\$ 997.000,00	
	Bancos	R\$ 250.000,00	
	Outros	R\$ 377.750,00	



Principais doadores: JBS Construtora | OAS Braskem - química e petroquímica | Gri Gerenciamento de Resíduos Industriais | Bradesco S.A Corretora e Valores Mobiliários

Eunício de Oliveira

Senador eleito nas eleições de 2010

CE



PMDB/CE

BANCADAS: Ausente das bancadas relacionadas

O SENADOR: Promulgou em 2017 o projeto de resolução da senadora ruralista Kátia Abreu (PDT/TO) que perdoa a dívida dos ruralistas com a Previdência. O débito total é estimado em R\$ 16,6 bilhões. Foi três vezes deputado federal, fazendo parte da bancada ruralista. Com um patrimônio apresentado a Justiça eleitoral em R\$ 36 milhões, o senador declara possuir mais de R\$ 5 milhões em imóveis rurais nos estados de Goiás e Ceará, participações em empresas relacionada à agropecuária, aviação, de terceirização de mão-de-obra como a Manchester Serviços, que em 2011 esteve ligada a um escândalo em licitações fraudulentas em contrato assinado junto a Petrobrás [61].

O DINHEIRO

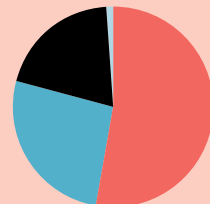
Valor total da campanha: **R\$ 7.753.530,00**

Doações: Empreiteiras **R\$ 1.560.150,00** ■

Bancos **R\$ 68.800,00** ■

Partido **R\$ 4.150.000,00** ■

Outros **R\$ 2.043.380,00** ■



Principais doadores: Coesa Engenharia | OAS Engenharia | Construtora OAS | Telemont Engenharia Telecomunicações

Rose de Freitas

Senadora

ES

Investigada por
Corrupção



PMDB/ES

BANCADAS:  Ruralista  Empreiteiras

A SENADORA: Votou a favor da PEC 71/11 que visa a alteração do parágrafo 6º do art. 231 da CF de 1988 e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos sobre territórios tradicionais. A PEC 71 possui diversos problemas devido alguns de seus dispositivos serem considerados abstratos e comprometedores, como por exemplo, sobre as negociações e consenso acerca dos valores a serem pagos como indenização pelas terras. Em 2017, doleiro Lúcio Funaro afirmou que senadora Rose de Freitas recebeu propina de Eduardo Cunha [58].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: R\$ 4.974.841,00

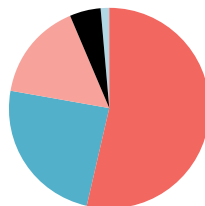
Doações: Agronegócio R\$ 250.000,00

Empreiteiras R\$ 783.000,00

Mineradoras R\$ 2.668.000,00

Bancos R\$ 60.000,00

Outros R\$ 1.213.841,00



Principais doadores: JBS | Construtora OAS | Construtora Andrade Gutierrez | Vale Energia | Fibria Celulose

Roberto Balestra

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

GO

PP/GO

BANCADAS:  Ruralista  Mineração  Bala

O DEPUTADO: O deputado é coautor do PLC 227/2012, juntamente com figuras marcadas do Agronegócio, como Luis Carlos Heinze (PP/RS), Valdir Colatto (PMDB/SC), Jerônimo Goergen (PP/RS). O projeto encontra-se apensado ao PLP 260/1990, sobre a exploração das riquezas materiais do solo, dos rios e dos lagos em terras indígenas. É alvo de inquérito aberto com a Operação Lava Jato, da Polícia Federal [4].

O DINHEIRO

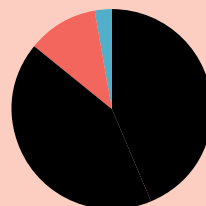
Valor total da campanha: **R\$ 2.943.999,22**

Doações: Agronegócio **R\$ 1.244.000,00**

Empreiteiras **R\$ 330.000,00**

Mineradoras **R\$ 80.000,00**

Outros **R\$ 1.289.999,00**



Principais doadores: JBS | Ativa Produtos Agropecuários |

Central Energética Morrinhos | CNB Construtora | Sama Sia Minerações Associadas

Ronaldo Caiado

Senador

GO



DEM/GO

BANCADAS:  Ruralista

O SENADOR: Emitiu pareceres e apoiando projetos como a PEC 215/00 e a PEC 71/2011. Participou como membro suplente de comissão REQUERIMENTO (CN) nº 13, de 2003 da CPMI da Reforma Agrária, promovendo debates em conjunto com demais ruralistas sobre o tema, dentre estes Katia Abreu e o deputado federal Luiz Carlos Heinze. Caiado votou contra a PEC do Trabalho Escravo (438/01) e a favor das alterações no Código Florestal (Lei 12.651/12). O senador tem investido ao longo de sua atuação como parlamentar em medidas contrárias aos direitos dos Povos Indígenas, e consequentemente, fervoroso apoiador do agronegócio. No STF responde é acusado no Inquérito 4502, por crimes eleitorais, difamação e lesão corporal [62].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 9.622.085,00**

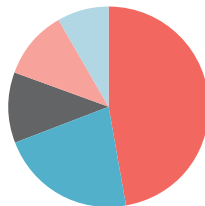
Doações: Agronegócio **R\$ 781.000,00**

Empreiteiras **R\$ 2.115.500,00**

Mineradora **R\$ 1.070.000,00**

Banco **R\$ 1.090.000,00**

Outros **R\$ 4.565.585,00**



Principais doadores: Construtora OAS | BRF | Itaú | Agropastoril FAFEC | Bradesco | Copersucar - açúcar e álcool | Gerdau

Weverton Rocha

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PDT/MA

MA

BANCADAS:



Empreiteiras



Bala

O DEPUTADO: Atuou na Câmara dos Deputados para dificultar a demarcação da Terra Indígena Awá- Guajá. Em 2017, virou réu no STF por violação à Lei de Licitações e peculato. O MPF acusou o parlamentar de irregularidades quando era secretário de Esporte e Juventude no Maranhão [5]. À época, contratou uma empreiteira sem licitação para a reforma de um ginásio, em São Luís.

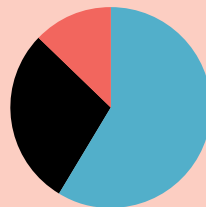
O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 796.400,00**

Doações: Agronegócio **R\$ 100.000,00**

Empreiteiras **R\$ 468.000,00**

Outros **R\$ 228.400,00**



Principais doadores: JBS | Amorim Coutinho Engenharia e Construções |

Construtora Queiroz Galvão

Edison Lobão

Senador eleito nas eleições de 2010

MA

Investigado por
Corrupção



PMDB/MA

BANCADAS: Ausente das bancadas relacionadas

O SENADOR: Responsável pelo Ministério Minas e Energia de 2011 até 2014, Edison Lobão foi investigado pela PGR por suposto auxílio à mineradora Vale. Em seu mandato, adiou uma dívida de quase R\$ 4 bilhões da empresa pelos royalties da exploração de minério de ferro [49]. O político foi acusado de exigir da Transporte – maior processadora brasileira de gás natural - R\$ 500 mil mensais [50]. Edison Lobão contribui na retomada das operações no garimpo de Serra Pelada, no sul do Pará. Ele é investigado pela Operação Lava Jato pelo recebimento de propina para a construção da usina de Angra 3 [51].

O DINHEIRO

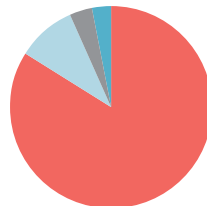
Valor total da campanha: **R\$ 5.394.213,75**

Doações: Agronegócio R\$ **200.000,00**

Empreiteiras R\$ **510.000,00**

Mineradora R\$ **150.000,00**

Partido R\$ **4.533.213,75**



Principais doadores: OAS Empreendimentos | Cosam Açúcar e Alcool | Alusa Engenharia | Difusora Incorporações e Construções

Leonardo Quintão

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

MG

PMDB/MG

BANCADAS:  Ruralista  Mineração  Bala  Evangélica

O DEPUTADO: O parlamentar tem se dedicado aos interesses dos setores que exploram mineração, agricultura, petróleo, energia, leis trabalhistas, transportes e religioso, principalmente no que tange a regulamentação, ampliação e concessão de benefícios aos respectivos setores. Atualmente, é relator de importantes projetos de lei voltados para a mineração. Além disso, é suplente do PL 1610/1996, proposto pelo senador Romero Jucá (PMDB/RR), que dispõe diretamente sobre a “exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas. Em setembro de 2017 o nome do deputado foi citado em gravação dos delatores da JBS como destinatário de pagamentos de propina [6].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 4.953.956,40**

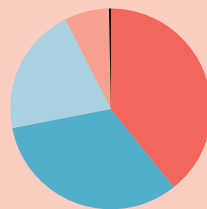
Doações: Agronegócio **R\$ 9.000,00** 

Empreiteiras **R\$ 1.025.228,83** 

Mineradoras **R\$ 1.943.585,06** 

Bancos **R\$ 349.935,60** 

Outros **R\$ 1.626.208,00** 



Principais doadores: Bradesco Saúde | Itaú Unibanco | Solvi Produção de Insumos Industriais | Arte Construções Equipamentos e Participações | Votorantim Siderurgia

Newton Cardoso Jr

Deputado Federal

MG

Investigado por
Corrupção



PMDB/MG

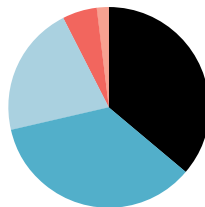
BANCADAS:  Ruralista  Mineração  Bala  Evangélica

O DEPUTADO: É autor do projeto de lei que acaba com o licenciamento ambiental para plantações de eucalipto (PL-6411/2016), iniciativa que beneficia empresas da família [7]. As suas empresas têm dívidas milionárias com a União. A proposição quer acabar com a necessidade do licenciamento ambiental prévio e dos estudos de impacto para áreas de reflorestamento.

O DINHEIRO

Valor total da campanha **R\$1.818.364,16**

Doações: Agronegócio **R\$ 640.600,00** 
 Empreiteiras **R\$ 381.630,00** 
 Mineradoras **R\$ 100.000,00** 
 Bancos **R\$ 35.000,00** 
 Outros **R\$ 661.134,00** 



Principais doadores: Pitangui Agroflorestal | Rio Rancho Agropecuária | Bratil Empreendimentos e Participações | Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração | Companhia Siderúrgica Pitangui

Aelton Freitas

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

MG

PR/MG

BANCADAS:  Ruralista  Empreiteiras  Mineração  Bala

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 1.817.657,03**

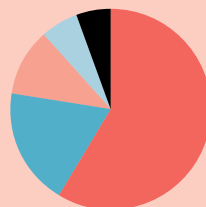
Doações: Agronegócio **R\$ 1.068.100,90** 

Empreiteiras **R\$ 340.946,60** 

Mineradoras **R\$ 100.970,20** 

Bancos **R\$ 200.000,00** 

Outros **R\$ 107.641,00** 



Principais doadores: JBS | Construtora Andrade Gutierrez | Bradesco Previdência | Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração | Coruripe Açúcar e Alcool | Construtora Norberto Odebrecht

Marcos Montes

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PSD/MG

MG

BANCADAS:  Ruralista  Empreiteiras  Mineração  Bala

O DEPUTADO: É coautor do Projeto de Lei Complementar 227/2012, apensado ao PLP 260/1990, dispondo sobre a exploração das riquezas materiais do solo, dos rios e dos lagos em terras indígenas. A proposta aprovada na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados desconsidera a Constituição Federal e abre exceções ao direito de usufruto exclusivo dos índios sobre suas terras [8]. Montes é citado em lista de delator da Odebrecht referente a contribuições ilegais feitas pela empresa entre 2008 e 2014 [9]. Em 2017, o STF autorizou investigações contra políticos a partir do pedido da PGR.

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 3.180.491,28**

Doações: Agronegócio **R\$ 1.256.435,00** 

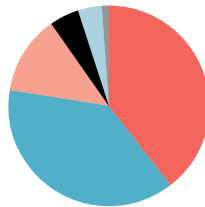
Empreiteira **R\$ 150.418,80** 

Mineradora **R\$ 1.214.556,47** 

Banco **R\$ 400.693,00** 

Armamento **R\$ 30.000,00** 

Outros **R\$ 128.389,00** 



Principais doadores: BRF | Odebrecht Agroindustrial | Vale Energia |
Companhia Brasileira de Cartuchos | Forjas Taurus

Bonifácio José Tamm de Andrada

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

MG

PSDB/MG

BANCADAS:  Ruralista  Bala

O DEPUTADO: Em sua atividade como deputado, destacam-se as medidas legislativas voltadas para a área de mineração, vinculadas à exploração e lavra de reservas minerais em terras indígenas. O deputado é autor do PL 6330/2016, o qual atualmente encontra-se apensado ao PL 37/2011. A proposição tem objetivo de regulamentar a exploração de minerais no meio rural.

O DINHEIRO

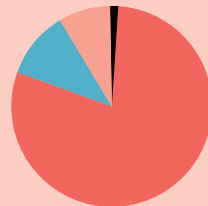
Valor total da campanha: **R\$1.207.081,20**

Doações: Empreiteiras **R\$ 131.652,50** 

Mineradoras **R\$ 101.192,00** 

Bancos **R\$ 887,50** 

Outros **R\$ 973.350,00** 



Principais doadores: Construtora Gutierrez

Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração

Domingos Sávio

Deputado Federal

MG

Investigado por
Corrupção



PSDB/MG

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras



Mineração



Bala



Evangélica

O DEPUTADO: É coautor do Projeto de Lei Complementar 227/2012, apensado ao PLP 260/1990, que trata da exploração das riquezas materiais do solo, dos rios e dos lagos em terras indígenas. Atuou para paralisar os processos de demarcação da terra indígena do povo Kaxixó, município de Martinho Campos, na margem esquerda do Rio Pará, região Centro-Oeste de Minas Gerais. O político consta em documento que tem relação de contribuições ilegais feitas pela Odebrecht, entre 2008 e 2014 [10]. Na lista, ele é identificado como “Sábado”.

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 1.959.920,23**

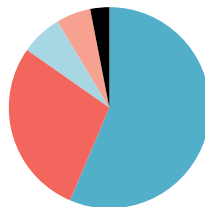
Doações: Agronegócio R\$ **54.775,0**

Empreiteiras R\$ **554.304,21**

Mineradoras R\$ **110.268,00**

Bancos R\$ **131.893,26**

Outros R\$ **1.108.680,00**



Principais doadores: Construtora Andrade Gutierrez | Construtora Odebrecht | Construtora Oas | Vale Energia | Itaú Unibanco

Antonio Anastasia

Senador



PSDB/MG

MG

BANCADAS:  Ruralista

O SENADOR: Possui atuação com a favor da reforma do marco regulatório do setor mineral. Apresentou sugestão sobre promoção da atividade mineral em terras indígenas, fronteira e alto mar. O senador tucano é investigado em um inquérito autorizado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), suspeito de receber da Odebrecht R\$ 1,8 milhão em 2009 para a campanha do tucano ao governo de Minas Gerais a pedido de Aécio Néves [55].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 18.107.461,76**

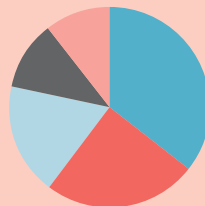
Doações: Agronegócio **R\$ 4.483.292,84** 

Empreiteiras **R\$ 6.444.599,79** 

Mineradora **R\$ 1.865.925,57** 

Banco **R\$ 2.042.087,85** 

Outros **R\$ 3.271.555,71** 



Principais doadores: JBS | BRF | Construtora Andrade Gutierrez | Construtora Norberto Odebrecht | Construtora OAS | Itaú

Dagoberto Nogueira

Deputado Federal

MS

Investigado por
Corrupção



PDT/MS

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras



Bala

O DEPUTADO: Autor do PDC 797/2008 para sustar portarias que instituíam Grupos Técnicos para identificação e delimitação de terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani localizadas ao Sul do Mato Grosso do Sul. Em 2011, foi alvo de ação na Justiça Federal, em Campo Grande, acusado de participar de um desvio milionário em recursos do DPVAT, seguro obrigatório pago em caso de acidentes de trânsito [12].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 1.581.508,00**

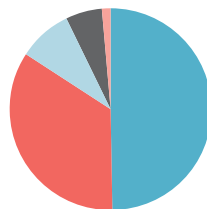
Doações: Agronegócio **R\$ 200.100,00**

Empreiteiras **R\$ 791.521,68**

Mineradoras **R\$ 28.900,00**

Bancos **R\$ 131.893,26**

Outros **R\$ 1.152.414,94**



Principais doadores: JBS | Construtora Queiroz Galvão | BTG Pactual Corretora | Rio Corrente Agrícola | Mineradora Corumbaense Reunidas

Luiz Henrique Mandetta

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

MS

DEM/MS

BANCADAS:  Ruralista  Mineração  Bala

O DEPUTADO: Trabalhou para intimidar a atuação do Ministério da Justiça em demarcações de terras indígenas no Paraná (REQ 6/2013 GTTERRAS). No RIC 2861/2013, como estratégia de criminalização, acusa funcionários da FUNAI de envolverem-se nas retomadas das terras tradicionais no Mato Grosso do Sul. Em março de 2018, o STF determinou que a Polícia Federal realize novas investigações contra o deputado. Ele é investigado por fraude e direcionamento em licitação e desvio de recursos quando foi secretário municipal de Saúde de Campo Grande. O Escândalo Gisa teria causado prejuízos de R\$ 8,1 milhões aos cofres públicos [11].

O DINHEIRO

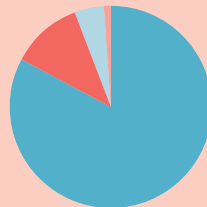
Valor total da campanha: **R\$ 2.114.754,99**

Doações: Agronegócio R\$ **243.086,00** 

Empreiteiras R\$ **100.000,00** 

Bancos R\$ **20.000,00** 

Outros R\$ **1.751.668,99** 



Principais doadores: JBS | Cooperativa Central de crédito do MS GO·TO e DF
GPO Gestão de Produtos e Obras | Buriti Comercio De Carnes | Cisa Agropecuária

Tereza Cristina

Deputado Federal

Investigada por
Corrupção



MS

PSB/MS

BANCADA:  Ruralista

A DEPUTADA: Em 2018 assumiu a presidência da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) no lugar do deputado Nilson Leitão (PSDB/MT). Recebeu doações do Banco BTG Pactual, investigado pela Operação Lava Jato. Em festa promovida pela FPA devido a aprovação do projeto “PL do Veneno”, que facilita o uso de agrotóxicos, a parlamentar recebeu o apelido de “Musa do Veneno” [13]. Em 2017 apresentou requerimento (478) para audiência pública que fazia lobby para implementar agronegócio em terras indígenas [14].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 4.298.808,33**

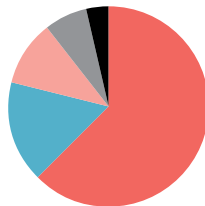
Doações: Agronegócio **R\$ 2.689.800,00** 

Empreiteiras **R\$ 153.000,00** 

Mineradoras **R\$ 300.000,00** 

Bancos **R\$ 445.000,00** 

Outros **R\$ 711.008,33** 



Principais doadores: JBS | Iaco Agrícola | Adecoagro Vale do Ivinhema | Banco BTG | Brasken - Organização Odebrecht | Itaú Unibanco

Carlos Marun

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

MS

PMDB/MS

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras



Mineração



Bala

O DEPUTADO: Possui atuação destacada na área de construção civil, especificamente na área de construção de moradias, sobre a posse e comercialização de armas, sobre a regulamentação e procedimentos licitatórios de exploração de petróleo no país. Marun é alvo de um processo por improbidade administrativa. Desde 2013, é acusado de beneficiar a DigithoBrasil Soluções em Software, em contratos de 16,6 milhões de reais. A empresa prestava serviços à Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul, quando o parlamentar era presidente.

O DINHEIRO

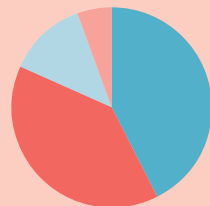
Valor total da campanha: **R\$ 1.624.641,00**

Doações: Agronegócio **R\$ 637.000,00**

Empreiteiras **R\$ 86.800,00**

Mineradoras **R\$ 210.000,00**

Outros **R\$ 690.841,00**



Principais doadores: JBS | Coopersucar - açúcar e álcool | L. D. Construções

Waldemir Moka

Senador eleito nas eleições de 2010



MS

PMDB/MS

BANCADAS:  Ruralista

O SENADOR: Votou pela aprovação da PEC 71/11 que visa a alteração do parágrafo 6º do art. 231 da Constituição Federal. É coautor do PEC 45/13, que altera a CF de 1988 para estabelecer que o imóvel de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório não será objeto de estudo, delimitação, declaração, homologação, regularização ou criação de terras indígenas, nos dois anos seguintes da ocupação. A medida abre possibilidade de violência contra as comunidades tradicionais que foram expulsas de seus territórios e retomam as terras tradicionais. O senador também atuou no PL 605/07, de autoria do senador Augusto Botello, por meio da Comissão de Assuntos Sociais. O PL dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas [65]. Moka é acusado em oito processos na justiça no MS [66].

O DINHEIRO

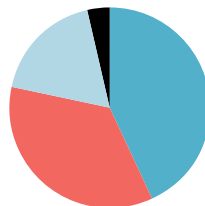
Valor total da campanha: **R\$ 2.776.820,66**

Doações: Agronegócio **R\$ 499.250,00**

Empreiteiras **R\$ 975.000,00**

Partido **R\$ 100.000,00**

Outros **R\$ 1.202.570,66**



Principais doadores: A.I.J. Comércio de Cereais | BF Comércio

de Cereais | Cooperativa Agro Pastoral São Gabriel do Oeste | Cooperativa Agrícola Serra de Maracaju | Cosan Açúcar e Álcool | Banco Rural

Simone Tebet

Senadora



PMDB/MS

MS

BANCADAS: Ausente das bancadas relacionadas

A SENADORA: Em sua atividade legislativa, foi autora de medidas sobre exploração de petróleo [63], no setor do agronegócio e setor sucroenergético. A senadora é autora do PLS 494/15, que visa alterar a Lei nº 6.001/73, o Estatuto do Índio. A proposição busca proibir, no caso de turbacão, esbulho ou ocupação motivados por conflitos, início de qualquer ato destinado à demarcação da terra indígena nos dois anos seguintes à sua desocupação. A PEC 45/13 altera o artigo 231 da CF de 1988, para vedar a demarcação de terras indígenas em áreas tradicionais. Simone Tebet defende cumprimento imediato das reintegrações de posse de áreas que ainda não têm estudo antropológico. Em 2016, foi investigada em ações judiciais por crimes de responsabilidade [64].

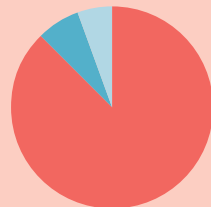
O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 3.239.893,61**

Doações: Agronegócio **R\$ 2.840.000,00**

Empreiteiras **R\$ 176.120,00**

Outros **R\$ 223.773,61**



Principais doadores: JBS | Rio Claro Agroindustrial | Construtora J Gabriel | Usina Eldorado | Copersucar - açúcar e álcool

Geraldo Resende

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

MS

PSDB/MS

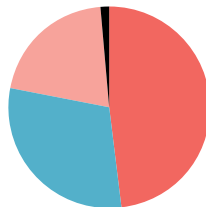
BANCADAS:  Ruralista  Bala

O DEPUTADO: Em 2017 o STF ordenou investigação em contas bancárias do deputado sobre corrupção em Dourados (MS) [15]. Em agosto de 2018, atuou contra a construção de cisternas nas aldeias do MS onde indígenas bebem água contaminada por agrotóxico das fazendas que sobrepõem áreas tradicionais. O deputado confirma que se opôs às cisternas nos acampamentos Guarani e Kaiowá, interferindo para mudar o destino dos recursos que construiriam as cisternas [16].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 1.593.850,00**

Doações: Agronegócio **R\$ 475.000,00** 
 Empreiteiras **R\$ 18.000,00** 
 Mineradoras **R\$ 770.000,00** 
 Outros **R\$ 330.850,00** 



Principais doadores:

JBS | Vale Energia | Construtora Central do Brasil | Delta Biocombustíveis Indústria

Adilton Sachetti

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PSB/MT

MT

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras

O DEPUTADO: Submeteu para apreciação três Projetos de Decreto Legislativo (PCDs 118, 119 e 120/2015). As medidas permitem a exploração de recursos hídricos em terras indígenas, desrespeitando a consulta prévia dos povos. Se aprovados, as proposições afetarão comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas, Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Foi coordenador de Infraestrutura e Logística da FPA, responde por ação penal relativa ao suposto uso indevido de verbas públicas.

O DINHEIRO

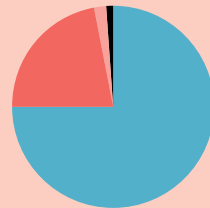
Valor total da campanha: **R\$ 3.860.361,98**

Doações: Agronegócio R\$ **850.523,84**

Empreiteiras R\$ **70.000,00**

Mineradoras R\$ **40.000,00**

Outros R\$ **2.899.838,14**



Principais doadores: JBS | Cervejaria Petrópolis | Agropecuária Maggi | Fazenda Paiaguas

Carlos Bezerra

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



MT

PMDB/MT

BANCADA:  Ruralista

O DEPUTADO: É autor do PL 5138/2013 sobre os direitos dos garimpeiros individuais. O projeto incentiva a atividade do garimpo, desconsidera contaminações e da exploração ambiental e humana; o extermínio e expulsão de diversas comunidades indígenas dos seus territórios tradicionais por conta da expansão das atividades de garimpagem. Segundo PGR, deputado utilizou verba parlamentar para emitir passagens aéreas a viagens de lazer para amigos e familiares. No STF é acusado de comandar um esquema que desviou mais de 100 milhões de reais do INSS em 2004, quando presidia o órgão [17].

O DINHEIRO

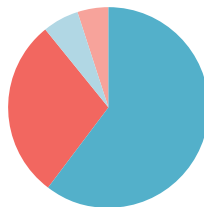
Valor total da campanha: R\$ 1.686.109,04

Doações: Agronegócio R\$ 1.020.000,00

Empreiteiras R\$ 100.000,00

Mineradoras R\$ 80.000,00

Outros R\$ 486.109,04



Principais doadores: JBS | Phoenix Mineração | Construtora Sanches Tripolini

Nilson Leitão

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PSDB/MT

MT

BANCADAS:  Ruralista  Empreiteiras

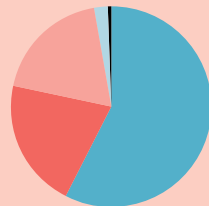
O DEPUTADO: Em 2015, o deputado foi investigado por suspeita de atuar em favor dos posseiros no processo de retomada da Terra Indígena Maraiwatséde, em Alto Boa Vista, 1.064 km de Cuiabá. Acusado de integrar uma organização criminosa formada para incitar uma série de atos criminosos contra indígenas, como ameaças, incêndios. Ele presidiu a comissão especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. É alvo de inquérito que apura crimes de responsabilidade; crime de formação de quadrilha ou bando; corrupção passiva e apuram crimes da Lei de Licitações. Deputado preside comissão que analisa transferência de demarcação de territórios indígenas para o Congresso [18].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 2.460.139,11**

Doações:

Agronegócio	R\$ 460.820,00	
Empreiteiras	R\$ 511.550,00	
Mineradoras	R\$ 58.820,00	
Armamento	R\$ 8.550,00	
Outros	R\$ 1.420.399,11	



Principais doadores: Copersucar - açúcar e álcool | Banco Safra | Andrade Gutierrez | Galvão Engenharia | Usina Barralcool

Jose Priante

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PA

PMDB/PA

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras



Bala

O DEPUTADO: É investigado no STF pela Operação Grand Canyon, que investiga irregularidades no Departamento Nacional de Produção Mineral do Estado do Pará. O parlamentar atua em projetos de lei que discutem o setor da mineração e empresas da área são responsáveis por 35% de seu financiamento eleitoral [20]. Integra a Comissão Especial que discute o novo Código da Mineração [21].

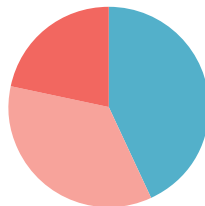
O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 462.650,00**

Doações: Empreiteiras **R\$ 100.000,00**

Mineradoras **R\$ 163.200,00**

Outros **R\$ 199.450,00**



Principais doadores: Construtora Andrade Gutierrez | Vale Manganês - Mineração | Imerys Rio Capim Caulim - Mineração | Salobo Metais - Mineração

Hélio Leite Da Silva

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

DEM/PA

PA

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras



Bala



Evangélica

O DEPUTADO: Acusado pelo MPF/PA por superfaturamento na aquisição de medicamentos, quando prefeito de Castanhal (PA). A fiscalização constatou que alguns preços eram até 279% maiores que os praticados no comércio [19].

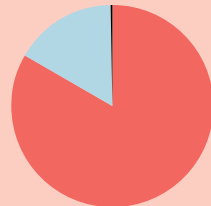
O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 337.807,59**

Doações: Empreiteiras **R\$ 770,00** ■

Mineradoras **R\$ 55.000,00** ■

Outros **R\$ 282.037,59** ■



Principais doadores: Construtora Queiroz Galvão | H. L. Negócios Imobiliários

Josué Bengtson

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PA

PTB/PA

BANCADAS:  Ruralista  Mineração  Bala  Evangélica

O DEPUTADO: Autor do PDC 635/17 que susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, que homologa a TI Apyterewa, em São Félix do Xingu (PA) [44]. O deputado federal pastor foi condenado à perda do mandato por envolvimento na 'máfia das ambulâncias'. MPF acusa parlamentar de desviar dinheiro para conta pessoal e da igreja que ele faz parte [46].

O DINHEIRO

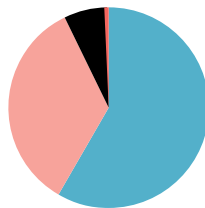
Valor total da campanha: **R\$ 290.591,66**

Doações: Agronegócio **R\$ 20.000,00** 

Empreiteiras **R\$ 100.000,00** 

Mineradora **R\$ 633,33** 

Outros **R\$ 169.958,33** 



Principais doadores: Fazenda Cajueiro Agropecuária | Construtora Central do Brasil | Companhia | Refinadora da Amazônia | Alubar Metais e Cabos

Simone Morgado

Deputado Federal



Investigada por
Corrupção

PMDB/PA

PA

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras

A DEPUTADA: A deputada faz parte da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA) e votou a favor da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do Requerimento número 26 de 2016 .

O DINHEIRO

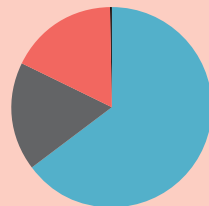
Valor total da campanha: **R\$ 571.730,81**

Doações: Agronegócio **R\$ 100.000,00**

Empreiteiras **R\$ 500,00**

Mineradoras **R\$ 100.000,00**

Outros **R\$ 371.230,00**



Principais doadores: JBS | Construtora Queiroz Galvão | Vale Energia |

Compar Companhia Paraense de Refrigerantes

Efraim de Araújo Filho

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



DEM/PB

PB

BANCADA:  Ruralista  Empreiteiras  Bala

O DEPUTADO: Atua com ênfase na Bancada da Bala, possuindo projetos e medidas sobre policiamento, armamento e afins. Também, opera na frente de mineração, legislando negativamente sobre áreas de preservação permanente e reserva legal. Das proposições destaca-se a emenda 59/2013 ao PL-5807/2013 que dispõe sobre a atividade de mineração. O nome do deputado encontra-se na lista dos parlamentares investigados na farra das passagens, sobre uso de verba aérea da Câmara para fins particulares [22]. Os principais setores que apoiaram sua campanha foram o das indústrias de armamento, setor de engenharia e construção, tecnologia, grandes empresas exportadoras e comerciantes de carnes, o setor agroindustrial.

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 882.050,00**

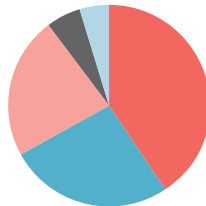
Doações: Agronegócio **R\$ 360.000,00** 

Empreiteiras **R\$ 200.000,00** 

Bancos **R\$ 39.500,00** 

Armamento **R\$ 50.000,00** 

Outros **R\$ 232.550,00** 



Principais doadores: JBS | Philip Morris Brasil - empresa de tabaco | Via Engenharia | Forjas Taurus - fabricante de armas

Nelson Padovani

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PSDB/PR

BANCADA:  Ruralista

PR

O DEPUTADO: Em 2017, a Justiça Eleitoral no Paraná solicitou que o STF abrisse inquérito contra o deputado para apurar crime eleitoral. O parlamentar emitiu inúmeros requerimentos de informação a Ministros de Estados sobre processos de demarcações de terras indígenas. É autor da PEC 237/2013, que acrescenta o artigo 176-a no texto constitucional para tornar possível a posse indireta de terras indígenas a produtores rurais na forma de concessão. A proposição foi arquivada [26].

O DINHEIRO

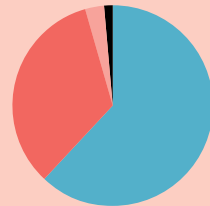
Valor total da campanha: **R\$ 2.279.384,99**

Doações: Agronegócio R\$ **762.150,00** 

Empreiteiras R\$ **70.000,00** 

Mineradoras R\$ **30.000,00** 

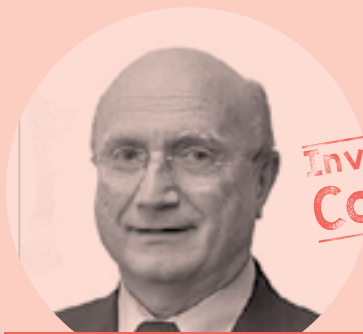
Outros R\$ **1.417.234,99** 



Principais doadores: GrandCase Máquinas Agrícolas | M A Máquinas Agrícolas | Metropolitana Tratores | Carbonífera do Cambui | Mineração Grande Lago

Osmar Serraglio

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PMDB/PR

PR

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras



Mineração



Bala



Evangélica

O DEPUTADO: Foi Ministro da Justiça em um período do governo Michel Temer, gestão caracterizada por forte ação da bancada ruralista e contra a causa indígena. Trabalhou no Parecer 001 da AGU, que paralisa as demarcações de terras indígenas [23]. Enquanto parlamentar, atuou no PL 490/207, que estabelece que as terras indígenas serão demarcadas através de leis, no Congresso Nacional. O parlamentar encaminhou proposições com finalidade de anular demarcações das terras indígenas dos povos indígena Manoki e Xavante. Enquanto estava no MJ, o ruralista recebeu dinheiro em espécie no esquema que liberava licenças e fiscalizações irregulares de frigoríficos. Serraglio foi um de seus “padrinhos” do esquema desvendado pela operação Carne Fraca da PF [24] [25].

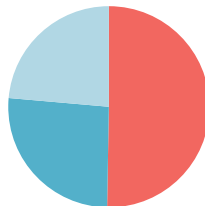
O DINHEIRO

Valor total de campanha: **R\$ 1.495.649,45**

Doações: Agronegócio R\$ **350.000,00**

Bancos R\$ **390.000,00**

Outros R\$ **755.649,45**



Principais doadores: JBS | Porto Seguro | Bradesco Saúde | Copersucar - açúcar e álcool | Avenorte Avícola Cianorte

Nilton Capixaba

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PTB/RO

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras



Mineração



Evangélica

RO

O DEPUTADO: Alvo de duas ações penais que apuram seu envolvimento com a chamada “Máfia das Sanguessugas”, escândalo de corrupção que estourou em 2006 devido à descoberta de uma quadrilha que tinha como objetivo desviar dinheiro público destinado à compra de ambulâncias [37]. O parlamentar votou a favor da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

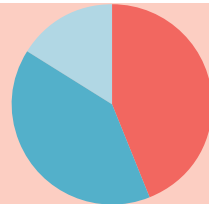
O DINHEIRO

Valor total de campanha: **R\$ 624.089,53**

Doações: Agronegócio **R\$ 248.950,00**

Empreiteiras **R\$ 275.000,00**

Outros **R\$ 100.139,53**



Principais doadores: JBS | Brasil de Rondônia Indústria de Vidros

Valdir Raupp

Senador eleito nas eleições de 2010



Investigado por
Corrupção

PMDB/RO

BANCADAS:  Ruralista

RO

O SENADOR: É autor do PL 206/07, que reduz o tamanho da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto e amplia a Reserva Extrativista do Lago Cuniã (RO); do PDS 389/05, que autoriza Usinas Hidrelétricas no rio Madeira, entre elas as usinas de Jirau e de Santo Antônio, conhecida pelos prejuízos recorrentes [53]. As obras afetam famílias de pescadores, agricultores e comunidades indígenas no entorno do rio; do PDS 388/2005, para implantar o Gasoduto Urucu-Porto Velho, repudiada pelas populações indígenas e ribeirinhas da região [54]. A PGR orientou prisão do parlamentar, acusado de receber R\$ 500 mil em propina da empreiteira Queiroz Galvão [52].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 3.641.813,70**

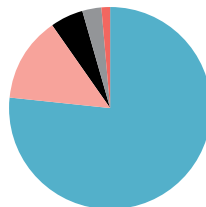
Doações: Agronegócio **R\$ 30.968,83** 

Empreiteiras **R\$ 359.805,00** 

Mineradora **R\$ 80.000,00** 

Partido **R\$ 2.029.939,87** 

Outros **R\$ 1.141.100,00** 



Principais doadores: Mosquini e Mosquini - Construtora | Banco BMG | Coop Central de Crédito do Norte do Brasil | Construtora Triunfo | Brasil Central Energia

Édio Lopes

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PMDB/RR

BANCADAS:  Ruralista  Mineração  Bala

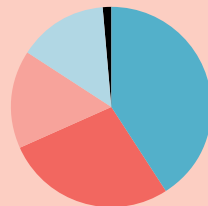
O DEPUTADO: Autor da PEC 117/07, que foi apensada à PEC 215/00. A proposição estabelece que demarcações de terras indígenas sejam feitas por lei. Em 2015, o deputado foi designado relator do projeto 1610/96, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RO). O texto permite exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas. A filha de Romero Jucá é sócia majoritária da empresa Boa Vista Mineração, que em 2012 solicitou ao governo permissão para explorar ouro em nove áreas em terras indígenas [38]. Em 2015, Lopes submeteu o PL 1003/15, posteriormente apensado ao PL 2311/07, com o objetivo de acrescentar o art. 120-A na Lei nº 4.504, de 1964, para tratar das desocupações por desapropriações resultantes da demarcação de terras indígenas e quilombolas. Em 2014, tornou-se réu no STF por suposto desvio [39].

RR

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 2.410.463,23**

Doações:	Empreiteiras R\$	986.732,00	
	Mineradora R\$	350.000,00	
	Bancos R\$	380.000,00	
	Armamentista R\$	30.000,00	
	Outros R\$	663.731,23	



Principais doadores: Construtora OAS | Construtora Queiroz

Galvão |
Bradesco Corretora | Banco BTG | Vale Energia

Romero Jucá

Senador eleito nas eleições de 2010



Investigado por
Corrupção

PMDB/RR

BANCADAS:  Ruralista

RR

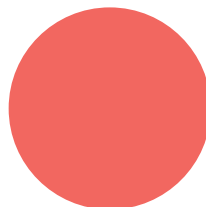
O SENADOR: Autor do projeto de lei que visa autorizar a mineração em terras indígenas (PL 1610/1996). É peça importante em uma investigação da PGR, acusado de beneficiar uma das maiores mineradoras do Brasil, a Vale. Quando presidente da FUNAI, sofreu intervenção do Tribunal de Contas da União (TCU) devido às irregularidades financeiras no órgão. O peemedebista dedica forte atuação para aprovar novo Código de Mineração, que permitiria à empresa da filha explorar ouro em terras indígenas [56]. Em 2016, foi alvo de inquéritos no STF decorrentes das apurações da Zelotes e da Lava Jato [57]. Em 1986, quando presidente da FUNAI, reduziu o território do povo Yanomami a limites inferiores ao destinado pela própria FUNAI anteriormente. Em contrato com madeireiras, autorizou oficialmente o desmatamento de 86.322 metros cúbicos de árvores em terras indígenas.

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 991.300,00**

Doações: Partido **R\$ 991.300,00** 

Principais doadores: Comitê Financeiro Estadual para Senador da República



Onyx Lorenzoni

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

DEM/RS

BANCADAS:  Ruralista  Bala

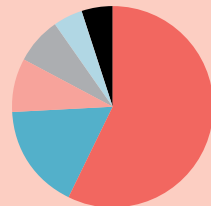
O DEPUTADO: Foi o maior beneficiado entre deputados gaúchos por programa que reduz dívidas com a União. O Parlamentar obteve desconto de 62% em dívida de R\$ 606,5 mil [40]. O programa refinancia as dívidas (Refis) com a União foi aprovado pelo Congresso. O gaúcho foi citado na delação da JBS como beneficiário de caixa dois na empresa [41]. O ruralista foi um dos que questionou o PL 5016/05 que traz pena maior para empresas e pessoas ligadas ao trabalho escravo. Ônyx Lorenzoni era conhecido como 'inimigo' na planilha que delatou deputados que receberam dinheiro de corrupção da Odebrecht [42].

RS

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 2.062.470,00**

Doações:	Agronegócio	R\$ 100.000,00	
	Empreiteiras	R\$ 350.000,00	
	Mineradora	R\$ 154.000,00	
	Bancos	R\$ 175.000,00	
	Armamento	R\$ 100.000,00	
	Outros	R\$ 1.183.470,00	



Principais doadores: Itaú | CR Almeida Engenharia e Obras | Construtora Andrade Gutierrez | CRBS - comercio de bebidas | Coopersucar - açúcar e etanol

Alceu Moreira

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PMDB/RS

BANCADA:



Ruralista



Mineração



Bala



Evangélica

RS

O DEPUTADO: Possui uma intensa atuação legislativa em benefício ao agronegócio e implementação de registros de agrotóxicos. Em 2011, submeteu o PL 2479/11, que visa subjugar a demarcação de terras indígenas a partir do Congresso Nacional. Atualmente a proposta encontra-se apensado ao PL 490/07. O deputado emitiu parecer de admissibilidade como Relator na CCJC referente à PEC 187/16, a qual tem como objetivo acrescenta o §8º ao art. 231 da Constituição Federal, a fim de permitir praticar atividades agropecuárias e florestais em terras de comunidades indígenas. É investigado no STF (Inquérito 3076) por crimes contra Lei de Licitações e corrupção passiva [43].

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 1.702.273,69**

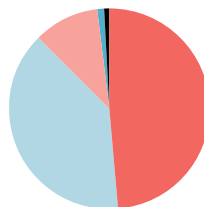
Doações: Agronegócio **R\$ 830.889,21**

Empreiteiras **R\$ 177.200,00**

Mineradoras **R\$ 12.000,00**

Armamentista **R\$ 20.000,00**

Outros **R\$ 662.184,48**



Principais doadores: Agropecuária Araguari | BRF |

Philip Morris Brasil - empresa de tabaco | Gerdau Aços

Afonso Hamm

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PP/RS

BANCADA:



Ruralista



Mineração



Bala

O DEPUTADO: Possui intensa atividade legislativa envolvendo incentivos financeiros, tributários e de pesquisa no setor do agronegócio, pecuária e mineração. Investigado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Apontado pelo doleiro Alberto Youssef como um dos parlamentares do PP que recebiam mesada de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil do esquema de corrupção na Petrobras [44].

RS

O DINHEIRO

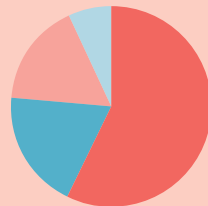
Valor total de campanha: **R\$1.463.548,54**

Doações: Agronegócio R\$ **839.360,00**

Empreiteiras R\$ **279.000,00**

Mineradora R\$ **99.400,00**

Outros R\$ **245.788,00**



Principais doadores: JBS | Prestaserv Prestadora de Serviço |

FBS Construtora Civil e Pavimentação | Gerdau Aços

Jerônimo Goergen

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PP/RS

BANCADAS:  Ruralista  Empreiteiras  Mineração  Bala

O DEPUTADO: Possui atuação intensa em medidas contrárias aos direitos dos Povos Indígena e em prol do agronegócio e do setor da mineração. É relator dos PLs 490/07 e 6.818/13, que tramitam em conjunto com outras dez medidas. Sua proposta deseja alterar o Estatuto do Índio e criar uma nova lei para “regular a demarcação de terras indígenas”. O texto inviabiliza as demarcações, facilita obras e a exploração de recursos em terras indígenas e retiram o direito de consulta prévia dos povos originários, consagrado internacionalmente. O PL 490/07 também insere no Estatuto do Índio – que data de 1973 – a tese do marco temporal, segundo a qual os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

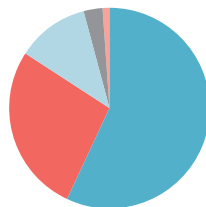
RS

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 2.755.080,00**

Doações:

Agronegócio	R\$ 1.575.800,00	
Empreiteiras	R\$ 322.500,00	
Mineradora	R\$ 80.000,00	
Armamentista	R\$ 30.000,00	
Outros	R\$ 746.780,00	



Principais doadores: JBS | BRF | Construtora Andrade Gutierrez | Bradesco | Philip Morris - empresa de tabaco

Luis Carlos Heinze

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PP/RS

BANCADA:



Ruralista



Bala



Evangélica

O DEPUTADO: É coautor do PLC 227/12, dispondo sobre a exploração das riquezas materiais do solo, dos rios e dos lagos em terras indígenas. Sobre paralisação das demarcações de terras indígenas, o parlamentar é autor do PDC 1260/13, que Susta a Portaria nº 498 do Ministro da Justiça, que declara de posse permanente do povo indígena Kaingang a TI Passo Grande do Rio Forquilha e do PDC 1261/13, que susta a Portaria nº 3.895, de 23 de janeiro de 2004, do Ministro da Justiça, que declara de posse permanente do grupo indígena Kaingang a TI Rio dos Índios. O deputado foi eleito “Racista do Ano” em 2017, pela ONG britânica Survival International, por afirmar em audiência pública que negros, homossexuais e indígenas representam “tudo que não presta”. [48]

RS

O DINHEIRO

Valor total da campanha: R\$ 2.713.220,00

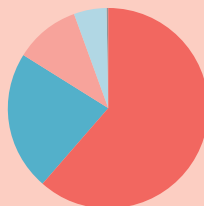
Doações: Agronegócio R\$ 1.668.200,00

Empreiteiras R\$ 144.200,00

Mineradora R\$ 5.000,00

Bancos R\$ 282.600,00

Outros R\$ 613.220,00



Principais doadores: BRF | Odebrecht Agroindústria | Bradesco | Philip Morris - empresa de tabaco

Covatti Filho

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PP/RS

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras



Mineração



Bala

RS

O DEPUTADO: Autor da PEC 416/14, que torna insuscetíveis de desapropriação para fins de regularização fundiária e para fins de demarcação de TI e quilombolas a pequena e média propriedade rural e a propriedade produtiva. Autor do PL 1216/15 que dispõe sobre o procedimento de demarcação de terras indígena e revoga o Decreto nº 1.775/1996. A proposição que estabelece a tese do Marco Temporal foi anexada a PL 6818/2013, do deputado Geraldo Simões. Em 2015, o seu pai Vilson Covatti, ex-deputado federal, foi citado como um dos investigados pelo STF por suposto envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras [47].

O DINHEIRO

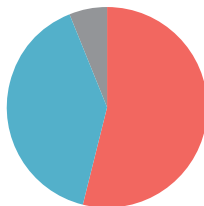
Valor total da campanha: **R\$ 737.510,94**

Doações: Agronegócio **R\$ 295.000,00**

Empreiteiras **R\$ 44.600,00**

Outros **R\$ 397.910,94**

Principais doadores: JBS | Philip Morris -
empresa de tabaco | Gerdau Aços | Construtora Engetran



Ana Amélia Lemos

Senadora eleita nas eleições de 2010



PP/RS

BANCADAS: Ausente das bancadas relacionadas

A SENADORA: Como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado, destacou a aprovação pelo plenário do Senado da PEC 71/11, a qual também contou com o voto favorável da senadora. Atuou para criminalização das comunidades indígenas por meio de diversos Requerimentos na CRA, visando investigações sobre as demarcações de terras indígenas. Em requerimentos (nº 21/12 e nº 54/16) propõe audiências públicas sobre arrendamentos em terras indígenas. A senadora foi servidora do Senado enquanto era diretora de empresa de comunicação no RS [59]. A parlamentar é acusada de omitir propriedade de bens móveis e imóveis na declaração feita à Justiça Eleitoral nas eleições de 2014 [60].

RS

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 2.938.952,02**

Doações: Agronegócio **R\$ 161.428,34**

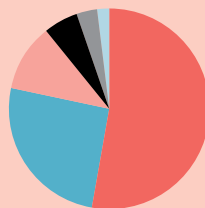
Empreiteiras **R\$ 325.000,00**

Bancos **R\$ 100.000,00**

Armamentista **R\$ 50.000,00**

Partido **R\$ 1.556.271,18**

Outros **R\$ 746.252,50**



Principais doadores: JBS | Agrofel Agro Comercial | Agrocen Agroindústria | Votorantim Indústrias | Voges Metalurgia | Itaú

Celso Maldaner

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PMDB/SC

BANCADA:



Ruralista



Empreiteiras



Mineração



Evangélica

SC

O DEPUTADO: Autor da PEC 161/2007, que propõe alterar a Constituição Federal estabelecendo as demarcações de terras indígenas e das áreas remanescentes quilombolas através de leis. Atualmente a PEC 161 encontra-se apensada à PEC 215. Celso Maldaner foi condenado por improbidade administrativa em ação do Ministério Público de Santa Catarina por crime cometido quando era secretário estadual [27].

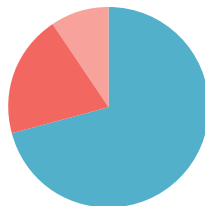
O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 1.166.870,00**

Doações: Agronegócio R\$ **230.000,00**

Empreiteiras R\$ **110.000,00**

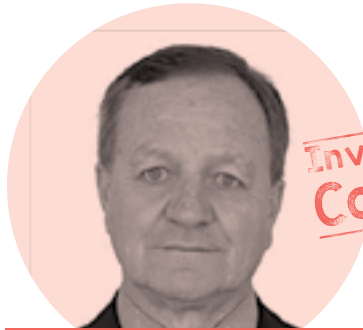
Outros R\$ **826.870,00**



Principais doadores: Construtora Andrade Gutierrez | Laticínios Bela Vista | Celulose Irani | Tractebel Energia Comercializadora

Valdir Colatto

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PMDB/SC

BANCADA:



Ruralista



Empreiteiras



Evangélica

O DEPUTADO: Autor do PL 1218/2007 que estabelece demarcações de terras indígena a partir de lei. É coautor do PLC 227/2012, apensado ao PLP 260/1990, que dispõe sobre a exploração de recursos naturais em terras indígenas. Foi sub-relator da CPI da Funai/Incra, se utilizando da comissão para criminalizar indígenas, antropólogos, indigenistas e servidores da FUNAI. Na CPI discursava contra a demarcação de terras indígenas utilizando expressões racistas como “índios genérico” [29] [30]. É autor do PL 6268/16 que propõe que seja liberada a caça profissional de animais silvestres [31].

SC

O DINHEIRO

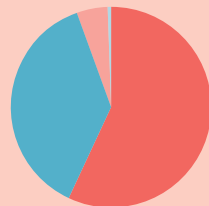
Valor total da campanha: **R\$ 619.891,00**

Doações: Agronegócio **R\$ 233.600,00**

Mineradora **R\$ 3.000,00**

Bancos **R\$ 30.000,00**

Outros **R\$ 353.291,00**



Principais doadores: Adami Madeiras | Agropecuária lavoro | Usina Barralcool | Usina Itamarati | Depetróleo

João Rodrigues

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PSD/SC

BANCADA:



Ruralista



Empreiteiras



Mineração



Bala

SC

O DEPUTADO: Condenado por crimes contra a lei de licitações quando era vice-prefeito de Pinhalzinho (SC). Hoje encontra-se cumprindo pena de 5 anos e 3 meses em regime semiaberto [32]. Em março de 2018, o parlamentar foi transferido para o Centro de Detenção Provisória, na capital federal. Sua defesa argumentou que assim ele pode continuar exercendo suas funções na Câmara [33].

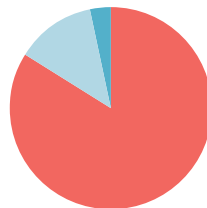
O DINHEIRO

Valor total da campanha: R\$ 1.631.542,19

Doações: Agronegócio R\$ 210.351,50

Empreiteiras R\$ 52.000,00

Outros R\$ 1.369.190,69



Principais doadores: JBS | Sertrading BR - exportação |

Bugio Agropecuária | Comércio de Carnes Finco

Laercio Oliveira

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PP/SE

BANCADAS:



Ruralista



Empreiteiras



Mineração



Bala



Evangélica

O DEPUTADO: O deputado foi relator do PDC 273/2008, proposição que visa declarar rodovias, ferrovias e hidrovias localizadas em terras indígenas como áreas de relevante interesse público da União. Com a medida, medidas de consulta prévia e informada amparada pela Convenção 169 da OIT seriam fragilizadas. O voto do relator também se demonstra discriminatório e ofensivo na medida em que se refere aos povos indígenas como “silvícolas”.

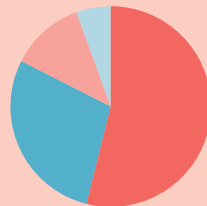
SE

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 1.428.731,78**

Doações:

Empreiteiras	R\$ 773.506,50	
Mineradora	R\$ 76.416,00	
Bancos	R\$ 169.986,00	
Outros	R\$ 408.823,28	



Principais doadores: Construtora Andrade Gutierrez |

Bradesco Vida e Previdência Salobo Metais | Grupo Gerdau | Votorantim Cimentos

Nelson Marquezelli

Deputado Federal

Investigado por
Corrupção



PTB/SP

BANCADAS:



Ruralista



Mineração



Bala



Evangélica



Bancos

O DEPUTADO: Atua em consonância com a bancada ruralista através de requerimentos que criminalizam a luta dos povos por demarcação de suas terras indígenas. A exemplo, os requerimentos REQ-344/2013 CAPADR, que pede que o MJ, em nome à época ministra Gleisi Hoffman (PT/PR), prestasse esclarecimentos acerca da identificação e delimitação das terras indígenas; o REQ-418/2006 CAPADR, a fim de prestar esclarecimentos sobre estudos de aumento de áreas de reservas indígenas no país. O parlamentar é investigado por crime de corrupção passiva [33].

SP

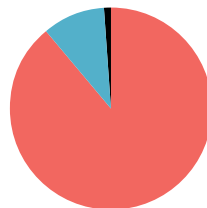
O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 2.563.009,73**

Doações: Agronegócio **R\$ 257.952,00** 

Bancos **R\$ 25.000,00** 

Outros **R\$ 2.280.057,73** 



Principais doadores: Coopersucar - açúcar e etanol | Bradesco Vida e Previdência | Sucocítrico Cutrale | Rio Claro Agroindustrial

Irajá Abreu

Deputado Federal



Investigado por
Corrupção

PSD/TO

BANCADAS:  Ruralista  Bala

O DEPUTADO: Criou o PL 2163/11 que beneficia agronegócio e a sua própria família. O projeto facilitava às atividades da sua Fazenda Aliança e de empresários rurais que praticam crimes ambientais. A proposição estabelece o fim dos estudos de impactos e licenciamento ambiental para empreendimentos agropecuários, florestais ou de reflorestamento. Foi multado pelo Ibama em R\$ 130 mil [34]. Está entre os 25 deputados federais mais ricos: em 2014, com R\$ 5,7 milhões declarados em 2014. Outro projeto de sua autoria é o PL 1201/2015 que cria um obstáculo para camponeses que lutam pelo direito social à terra. É citado por corrupção em uma das delações de executivos da Odebrecht [36].

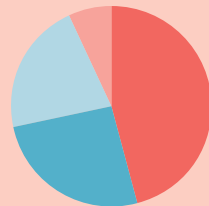
TO

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 2.428.063,26**

Total: **R\$ 2.279.384,99**

Doações: Agronegócio R\$ **587.000,00** 
 Empreiteiras R\$ **490.000,00** 
 Banco R\$ **154.400,00** 
 Outros R\$ **1.047.984,99** 



Principais doadores: BRF | Construtora Andrade Gutierrez | Bradesco Capitalização |
 CRBS - comercio de bebidas | Bradesco Saúde | Agrícola Famosa

Kátia Abreu

Senadora



PDT/TO

BANCADAS: Ausente das quatro frentes parlamentares relacionadas

A SENADORA: Em 2013, a senadora submeteu em coautoria com os senadores José Agripino e Eduardo Braga o PL 349 que busca alterar a Lei 6.001, o Estatuto do Índio. Foi presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em dois mandatos, de 2009 a 2017. A senadora é conhecida por ofensas destinadas aos quilombolas, indígenas, ribeirinhos e camponeses contrários a seu projeto ruralista. Denúncias indicam seu nome em crimes ambientais e favorecimentos políticos no estado. Outro tema que envolve o nome da família Abreu é o trabalho escravo. A aprovação da PEC do Trabalho Escravo, que estabelece a desapropriação de imóveis rurais flagrados com funcionários em condições análogas de escravidão, já foi questionada pela senadora. Kátia Abreu defende que a expropriação da terra seja apenas depois do julgamento em última instância, sem a reversão imediata para a reforma agrária [67]. Foi apelidada de “Miss Motosserra”.

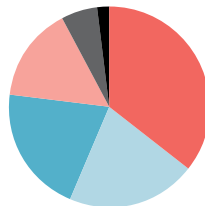
TO

O DINHEIRO

Valor total da campanha: **R\$ 6.973.075,42**

Doações:

Agronegócio	R\$ 2.485.000,00
Empreiteiras	R\$ 1.462.000,00
Mineradora	R\$ 122.500,00
Banco	R\$ 403.000,00
Partido	R\$ 1.067.744,32
Outros	R\$ 1.432.831,10



Principais doadores: Construtora OAS | Construtora Andrade Gutierrez | Agro Soja Comércio e Exportação de Cereais | Bradesco | Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

REFERÊNCIAS

- [1] <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/deputado-federal-arthur-lira-e-denunciado-por-peculato-e-lavagem-de-dinheiro>
- [2] <https://epoca.globo.com/expresso/patrimonio-declarado-de-lucio-vieira-lima-cresce-45-em-quatro-anos-22978373>
- [3] <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/policia-federal-faz-buscas-em-casa-e-gabinete-de-lucio-vieira-lima/>
- [4] <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoDetalhe.asp?incidente=4727643>
- [5] <https://g1.globo.com/politica/noticia/deputado-weverton-rocha-vira-reu-no-stf-por-violacao-a-lei-de-licitacoes-e-peculato.ghtml>
- [6] <https://g1.globo.com/politica/noticia/advogados-da-jbs-entregam-ao-stf-novas-provas-de-pagamentos-ilegais-a-politicos.ghtml>
- [7] <http://reporterbrasil.org.br/2018/03/newton-cardoso-junior-mdb/>
- [8] <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=561643#marcacao-conteudo-portal>
- [9] <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/delacao-da-odebrecht-deputado-federal-marcos-montes-e-citado-em-lista-de-delator.ghtml>
- [10] <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/delacao-da-odebrecht-deputado-federal-domingos-savio-e-citado-em-lista-de-delator.ghtml>
- [11] <http://www.ojicare.com.br/2018/03/20/stf-manda-pf-retomar-investigacao-contramandetta-por-supostas-fraudes-na-saude/>
- [12] <https://www.campograndenews.com.br/politica/acao-acusa-dagoberto-e-mais-4-de-desvio-superior-a-r-30-milhoes-do-dpvt>
- [13] <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/ruralistas-festejam-musa-do-veneno-em-festa-apos-aprovacao-de-relatorio-sobre-agrotoxicos.shtml>
- [14] <http://fneei.org/2017/10/17/deputados-ruralistas-querem-implementar-agronegocio-em-terras-indigenas/>
- [15] <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/ministro-do-stf-manda-policia-federal-investigar-contas-de-geraldo-resende>
- [16] <http://reporterbrasil.org.br/2018/08/deputado-federal-boicota-programa-de-acesso-a-agua-para-indigenas/>
- [17] <https://www.cartacapital.com.br/revista/964/carlos-bezerra-nao-e-carlos-bezerra>
- [18] <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/nilson-leitao-e-suspeito-de-apoiar-invasao-de-reservas-indigenas/>
- [19] <http://oimpacto.com.br/2013/09/04/mpf-no-para-move-mais-5-acoas-na-justica-por-irregularidades-na-saude/>

- [20] <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/deputado-priante-jr-primo-de-jader-e-alvo-de-inquerito-da-mineracao-no-stf/>
- [21] <https://apublica.org/2013/10/politicos-mineradoras-debate-novo-codigo-mineracao/>
- [22] https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/11/04/interna_politica,555943/veja-a-lista-dos-parlamentares-investigados-na-farra-das-passagens.shtml
- [23] <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1902688-temer-assina-parecer-que-pode-parar-demarcacao-de-terras-indigenas.shtml>
- [24] <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delator-cita-propina-em-especie-a-serraglio/>
- [25] <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/07/27/carne-fraca-tem-primeira-sentenca-tres-sao-condenados-pela-justica-do-parana.ghtml>
- [26] <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=564668>
- [27] https://www.huffpostbrasil.com/2016/08/08/metade-dos-deputados-da-comissao-contra-corrupcao-responde-a-pro_a_21695567/
- [28] <http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/553553-a-cpi-da-funaiincriminaliza-e-dissemina-o-odio-contra-indigenas-quilombolas-e-organizacoes-aliadas-no-brasil>
- [29] <https://cimi.org.br/2015/10/37872/>
- [30] <http://www.iela.ufsc.br/noticia/cultura-do-odios-contra-os-indigenas-se-expressa-na-ufsc>
- [31] <https://exame.abril.com.br/brasil/projeto-de-lei-pode-liberar-caca-de-animais-silvestres-no-brasil/>
- [32] <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-pede-restabelecimento-de-execucao-da-pena-do-deputado-joao-rodrigues/>
- [33] <http://amazonia.org.br/2018/03/entre-dez-parlamentares-condenados-a-prisao-na-atual-legislatura-dez-sao-ruralistas/>
- [34] <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/02/14/ptb-inqueritos-stf/>
- [35] <http://reporterbrasil.org.br/2018/03/deputado-campeao-de-desmatamento-filho-de-katia-abreu-legisla-em-defesa-dos-negocios-da-familia/>
- [36] <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/delacoes-da-odebrecht-deputado-iraja-abreu-teria-recebido-r-100-mil-para-a-campanha-de-2014.ghtml>
- [37] <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/02/14/ptb-inqueritos-stf/>
- [38] <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/juca-nega-conflito-de-interesses-em-projeto-que-beneficia-filha/>
- [39] <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/11/deputado-federal-edio-lopes-vira-reu-no-stf-por-suposto-desvio.html>

- [40] <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/04/onyx-lorenzoni-foi-o-maior-beneficiado-entre-deputados-gauchos-por-programa-que-reduz-dividas-com-a-uniao-cjg2qjosn00gz01qlf3yyq7dg.html>
- [41] <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/onyx-lorenzoni-admite-caixa-dois-e-vive-o-outro-lado-da-moeda-0g3cw278vtbfun61esp03f6wd>
- [42] <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,onyx-lorenzoni-e-o-inimigo-na-planilha-da-odebrecht,70001738594>
- [43] <https://congressoemfoco.uol.com.br/deputados-e-senadores-investigados-no-stf-rio-grande-do-sul/>
- [44] <https://congressoemfoco.uol.com.br/deputados-e-senadores-investigados-no-stf-rio-grande-do-sul/>
- [45] <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2132350>
- [46] <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/deputado-federal-pastor-josue-bengston-e-condenado-por-desviar-recursos-da-saude-no-para.ghtml>
- [47] <https://exame.abril.com.br/brasil/pp-tira-investigados-mas-indica-filho-de-suspeito-para-cpi/>
- [48] <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/02/12/deputado-diz-que-quilombolas-indios-e-gays-sao-tudo-que-nao-presta.htm>
- [49] <http://amazonia.org.br/2013/10/c%C3%B3digo-de-minera%C3%A7%C3%A3o-teia-liga-pol%C3%ADticos-a-mineradoras/>
- [50] <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/06/edson-lobao-exigia-propina-maior-por-ser-ministro-diz-machado.html>
- [51] https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/04/politica/1459792605_724464.html
- [52] <https://veja.abril.com.br/politica/dodge-pede-pena-de-12-anos-de-prisao-para-o-senador-valdir-raupp/>
- [53] <https://exame.abril.com.br/revista-exame/usina-de-problemas/>
- [54] <http://reporterbrasil.org.br/2004/04/gasodutos-opoem-desenvolvimento-e-preservacao/>
- [55] <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/delacao-da-odebrecht-anastasia-psdb-e-suspeito-de-receber-vantagens-indevidas.ghtml>
- [56] <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/juca-nega-conflito-de-interesses-em-projeto-que-beneficia-filha/>
- [57] https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/23/politica/1464031365_583264.html

A LUTA INSTITUCIONAL DOS POVOS E A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NO PLEITO ELEITORAL



Paulino Montejo

Historiador, assessor político da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

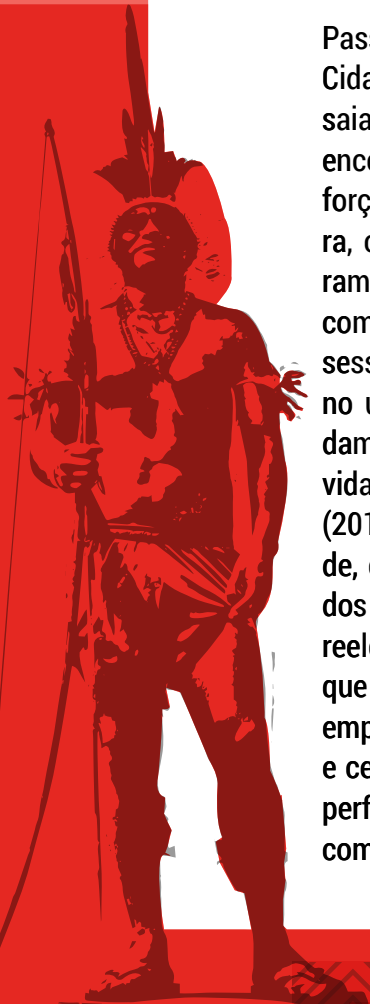


Em uma rápida leitura sobre o atual momento político, ao levar em conta o processo eleitoral de 2018, constata-se o óbvio: a democracia brasileira, nas suas distintas dimensões, mais especificamente no relacionado aos mecanismos de representação, não conseguiu se consolidar em plenitude mesmo depois de 30 anos da promulgação da Constituição Federal. O cenário encontrado três décadas após a constituinte é de uma política partidária distante das pessoas, beirando um total descrédito da população. Na conjuntura do momento, partidos políticos são responsabilizados por crises institucionais e práticas de corrupção, considerados máquinas para assegurar privilégios.

A crise de representatividade política aumentou quando os partidos considerados do campo democrático-popular aparentemente se distanciaram dos ideais que os originaram depois das ditaduras na América Latina, lá nos finais da década dos 80 e inícios da década dos 90. O abismo entre representantes e os movimentos populares ocorreu em diversos países: no México, com o Partido da Revolução Democrática (PRD); no Uruguai, com o Frente Amplio; no Brasil, com o Partido dos Trabalhadores (PT); no Equador, com o Pachakutic; na América Central, com os movimentos revolucionários se tornando partidos políticos uma vez encerrados os conflitos armados internos; e mais recente na Bolívia, com o Movimento al Socialismo (MAS) de Evo Morales. O distanciamento das bases abriu espaço para o patrimonialismo e as forças econômicas que tomaram conta

das instâncias de poder e de decisão política. Esse movimento se instaurou de tal forma que o campo de disputa ficou visivelmente reduzido para as forças sociais e populares.

Passados 30 anos a promulgação da Constituição Cidadã, onde os mecanismos de representação ensaiaram um processo democrático de deliberações, encontramos um Poder Legislativo dominado pelas forças do capital. A cada legislatura que se instaura, os parlamentares conservadores se consolidaram como maioria da Câmara Legislativa, de acordo com pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O Congresso Nacional no último mandato foi dirigido por militares, fundamentalistas religiosos e ruralistas. Essa é a gravidade do quadro parlamentar da 55ª Legislatura (2015-2019) apontado pelo Diap. Segundo a entidade, com informações do seu último levantamento, dos 513 deputados federais, 407 (79%) vão tentar a reeleição. Desses, 75% devem se reeleger, situação que garante continuidade às bancadas ruralista, empresarial, da indústria armamentista, evangélica e certamente a dos cargos hereditários. Ou seja, o perfil conservador do Congresso Nacional continua, com tendência a piorar.



NESSE CONTEXTO, COMO ENTENDER A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NO PLEITO ELEITORAL?

O interesse dos povos indígenas pela política partidária, conforme Luís Roberto de Paula no estudo “A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016)”¹, acontece desde 1976, onde indígenas concorreram para o cargo de vereador em Mato Grosso do Sul. A disputa institucional ganhou expressividade a partir do ano 2.000.

O que motiva as candidaturas indígenas? Indaga-se sobre a origem da decisão de concorrer a uma vaga nos espaços institucionais. Seriam disputas eleitorais ancoradas pela vontade pessoal ou coletiva, do povo ou comunidade? É a percepção de que está na hora de defender os direitos de seu povo absurdamente ameaçados na atual conjuntura?

A certeza diante dos questionamentos é que, institucionalmente, o movimento indígena deu um passo à frente no último ano quando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) se manifestou publicamente em janeiro de 2017 sobre a urgência de disputas eleitorais com a carta “Por um Parlamento cada vez mais indígena”. Em nota, a articulação apontou a “ausência de legítimos representantes dos povos indígenas”, principalmente no Congresso Nacional. O quadro, segundo a APIB, “dá margem para a forte agenda reacionária, fundamentalista e de interesse dos grupos econômicos, com destaque para a bancada ruralista, que historicamente atuam como inimigos dos Povos Indígenas”.

1 in: **Resenha & Debate. Nova Série**, Laboratório de Pesquisas, Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - Setor de Etnologia e Etnografia - Departamento de Antropologia - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 2, 2017

POR UM PARLAMENTO CADA VEZ MAIS INDÍGENA!

Nos últimos anos os Povos Indígenas do Brasil têm enfrentado fortes pressões que têm se intensificado em todos os espaços de poder do Estado. No parlamento, têm prevalecido em todos os seus níveis os interesses de grupos majoritariamente contrários aos direitos dos povos indígenas. Tendo em vista que é no parlamento o lugar aonde se constrói regramentos legais que vinculam toda a sociedade, faz-se necessário enxergarmos esse espaço como estratégico para o empoderamento dos nossos povos e conseguir que de forma efetiva as nossas lutas e pautas sejam evidenciadas e transformadas em instrumentos de resistência e de poder nesse contexto acentuado de correlação de forças e de ataques permanentes aos direitos indígenas.

São evidentes os prejuízos causados nas câmaras de vereadores nos municípios que possuem populações indígenas, e nas assembleias legislativas, mas que não tem representação indígena. Tais prejuízos são ainda maiores no âmbito do Congresso Nacional, que na sua composição não possui sequer um indígena. Essa característica de ausência de legítimos representantes dos povos indígenas dá margem para a forte agenda reacionária, fundamentalista e de interesse dos grupos econômicos, com destaque para a bancada ruralista, que historicamente atuam como inimigos dos Povos Indígenas.

Nas últimas eleições municipais, atuamos fortemente no incentivo ao lançamento de candidaturas indígenas em todo território brasileiro. Essa tática gerou resultados importantes. Centenas de candidatos indígenas concorreram aos cargos de vereadores e prefeitos em diversas cidades do país. Atingimos a marca histórica de 167 indígenas eleitos para os cargos de vereador e 05 indígenas eleitos prefeitos em suas cidades de origem, pelo que acreditamos que essas eleições defenderão uma agenda progressista e positiva que tenha como foco a luta e reivindicações dos povos originários e das comunidades tradicionais, a pauta dos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e da democracia, enfim, o conjunto das políticas sociais conquistadas por toda sociedade brasileira.

Por essas razões faz-se necessário continuar lutando pela reforma política, que não se reduz à reforma eleitoral, para assegurar aos distintos segmentos da sociedade tradicionalmente marginalizados espaços de poder e de democracia real e participativa, que permitam por exemplo aos povos indígenas participação nas disputas eleitorais, seja por meio da via clássica partidária, de colégios eleitorais diferenciados ou de mecanismos autônomos de organização social própria, espaços coletivos de decisão.

O sistema político, porém, está arcaico, alicerçado no poder econômico e instrumentalizado pelas elites deste país.

Considerando que em 2018 todo o país estará voltado para as eleições a cargos de deputados estaduais e federais, senadores, governadores e presidente da República, o foco é que os nossos povos não atuem mais como meros coadjuvantes nesse processo de eleição. Por isso, conclamamos a todos os povos indígenas do Brasil para que a partir de agora, iniciem suas discussões no âmbito local e regional sobre a necessidade de lançarmos cada vez mais indígenas candidatos para a disputa nessas próximas eleições, guerreiras e guerreiros encorajados, dispostos a ocupar o parlamento nos estados e no Congresso Nacional.

Levar a agenda da luta dos povos indígenas para o debate político deve ser encarado como uma missão de todo movimento indígena brasileiro.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2017.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB

ELEIÇÕES DE 2018

A APIB, em documento e através das organizações indígenas e dos povos com suas constantes mobilizações, avança significativamente na compreensão do contexto e dos desafios colocados, incluindo nas conversas internas com uma perspectiva contra hegemônica, antisistêmica, anticapitalista e anti-imperialista. São reflexões cujo bojo estaria se inserindo a candidatura de Sônia Guajajara para a chapa Guilherme Bolous e Sônia Guajajara, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Porém, a realidade é mais complexa se considerarmos o universo dos partidos políticos através dos quais indígenas se apresentaram como candidatos, seja para deputado estadual ou federal.

Candidatos Indígenas

Na primeira lista disponível no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contabilizam-se 131 homologações de candidatos indígenas. São 75 para deputados estaduais, 39 para deputados federais, sete para suplente de senador, dois para senadores, dois para governador, dois para vice-presidente, um para deputado distrital e um para vice-governador. O TSE leva em conta a auto declaração do candidato.

Os Partidos

PSD (02); PRB (03); PSOL (26); PHS (07); Avante (02) PCdoB (09); PT (14); DC (02); PDT (02); PSC (02); Rede (09); Solidariedade (02); PRTB (05); DEM (01); MDB (03); PSTU (07); PSB (05); PR (01); PPS (02); PV (03); PP (01); PODE (02); PPL (03); PATRI (03); PCB (05); PRP (01); PTC (02); PSL (02); PTB (02); PMB (02); PSDB (01)

*Dados conforme acesso no site do TSE em 7 de agosto de 2019



Observa-se que PSOL, PT, PCdoB e REDE constituem as principais opções, em razão de que talvez ainda defendam bandeiras convergentes com a agenda ou demandas dos povos indígenas. Nos outros casos, com disputas eleitorais por outros partidos, não sabemos os motivos que levam indígenas a defenderem determinadas bandeiras. Talvez seja a falta de opção de coligação políticas locais no campo que tangem os direitos dos povos indígenas. A constatação inicial pode indicar um já pontuado distanciamento dos partidos que tenham convergências ideológicas com os povos.

É em razão desse cenário que, durante o processo de tramitação da reforma política na Câmara dos deputados, a APIB apresentou, em 16 de maio de 2011, propostas que de cara não passariam pelo crivo do PMDB. No documento, a articulação dos povos pontua a dificuldade dos “partidos políticos, das mais distintas siglas, de lidar com a diferença, as condições e especificidades socioculturais dos povos indígenas”.

O texto apresentado destaca a única participação no cenário parlamentar protagonizada por Mario Juruna, o que direciona um entendimento de que os povos sempre foram deixados à margem da política institucional do país. “Os partidos políticos, das mais distintas siglas, tem em comum a dificuldade de lidar com a diferença, isto é, as condições e especificidades socioculturais dos povos indígenas. Daí a dificuldade de um candidato indígena concorrer em condições de igualdade com os não índios nos cargos de direção e oportunidades eletivas disputadas nos períodos eleitorais”, escreve o documento.

TRECHO DO DOCUMENTO:

“É pensando nessa realidade reivindicamos que no processo da Reforma Política, em curso no parlamento, seja considerado o direito dos nossos povos à participação, inclusive sendo estabelecida uma quota que garanta a nossa representatividade... que a reforma política garanta condições para que os povos indígenas trilhem um caminho próprio independentemente das possibilidades de dirigentes indígenas disputarem a oportunidade de serem candidatos e eleitos no âmbito de partidos políticos em que por ventura estiverem filiados... Assegurar que os povos indígenas se representem eles próprios será uma contribuição importante para ir sanando as dívidas sociais e históricas do Estado brasileiro para com estes povos.”

De 2011 até então, certamente o movimento indígena acumulou maior entendimento que fica explícito na carta da APIB sobre as eleições de 2018 e que aponta a participação pela via partidária clássica. Contudo, também defende colégios eleitorais diferenciados, com direito à autonomia dos próprios povos de indicarem os seus representantes através de suas instâncias de articulação e mobilização, e que poderia ser num futuro ideal por meio de um Parlamento Indígena.

Diante do cenário desolador de supressão dos direitos indígenas pautado nos distintos poderes do Estado, nada mais coerente que lutar pela ocupação de espaços institucionais e somar com outros movimentos na luta por uma verdadeira reforma do sistema político e não apenas por uma reforma eleitoral. São caminhos para avançar na real democratização do Estado, da democracia e dos mecanismos e espaços de representação. A luta institucional, porém, sempre não será suficiente sem estar respaldada ou andar lado a lado com a luta ideológica e a luta social.



Iniciativa:



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Apoio:



COOPERAÇÃO
AUSTRIACA PARA O
DESENVOLVIMENTO



Dreikönigsaktion
Hilfswerk der Katholischen Jungschar

HORIZONT
3000

ORGANIZAÇÃO AUSTRIACA DE
COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO



Delegação da União
Europeia no Brasil

